

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	93
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.928.769
Preferenciais	0
Total	1.928.769
Em Tesouraria	
Ordinárias	53.431
Preferenciais	0
Total	53.431

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	5.729	4.790
1.01	Ativo Circulante	2.237	1.224
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	184	62
1.01.01.01	Caixa	16	16
1.01.01.02	Bancos	142	10
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	26	36
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.053	1.162
1.01.08.03	Outros	2.053	1.162
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	2.053	1.162
1.02	Ativo Não Circulante	3.492	3.566
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.241	1.241
1.02.01.04	Contas a Receber	286	286
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	286	286
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	622	622
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	622	622
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	333	333
1.02.01.10.03	Depósitos de cauções	333	333
1.02.03	Imobilizado	1.155	1.193
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.155	1.193
1.02.04	Intangível	1.096	1.132
1.02.04.01	Intangíveis	1.096	1.132
1.02.04.01.02	Direito de Uso de Software	629	665
1.02.04.01.03	Marcas e Patentes	467	467

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	5.729	4.790
2.01	Passivo Circulante	82.350	75.801
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.660	1.462
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.660	1.462
2.01.02	Fornecedores	1.343	1.342
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.343	1.342
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.594	10.713
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.594	10.713
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	10.281	10.428
2.01.03.01.03	Impostos parcelados	313	285
2.01.05	Outras Obrigações	68.753	62.284
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	68.624	62.153
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	68.624	62.153
2.01.05.02	Outros	129	131
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	129	131
2.02	Passivo Não Circulante	1.717.965	1.440.735
2.02.02	Outras Obrigações	582	629
2.02.02.02	Outros	582	629
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	582	629
2.02.04	Provisões	1.717.383	1.440.106
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.015	78
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.015	78
2.02.04.02	Outras Provisões	1.715.368	1.440.028
2.02.04.02.05	Provisão para perda em Investimentos	1.715.368	1.440.028
2.03	Patrimônio Líquido	-1.794.586	-1.511.746
2.03.01	Capital Social Realizado	385.064	385.064
2.03.02	Reservas de Capital	-1.907	-1.907
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	6.376	6.376
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	-8.283	-8.283
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.177.743	-1.894.903

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-282.183	124.454
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.116	-6.519
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.727	1
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-275.340	130.972
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-282.183	124.454
3.06	Resultado Financeiro	-657	-644
3.06.01	Receitas Financeiras	1	2
3.06.02	Despesas Financeiras	-658	-646
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-282.840	123.810
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	336
3.08.02	Diferido	0	336
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-282.840	124.146
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-282.840	124.146
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-150,82	66,2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-282.840	124.146
4.03	Resultado Abrangente do Período	-282.840	124.146

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.283	-7.273
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.442	-6.735
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) líquido do trimestre	-282.840	124.146
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	122	91
6.01.01.03	Resultado da equivalência patrimonial	277.276	-130.972
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-841	-538
6.01.02.02	Outras contas a receber	-891	199
6.01.02.03	Fornecedores	1	-800
6.01.02.04	Impostos, taxas e contribuições	-147	-93
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	198	160
6.01.02.06	Outras contas a pagar	-2	-4
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-48	-156
6.02.01	Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do ativo intangível	-48	-156
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.453	7.424
6.03.03	Partes relacionadas	6.471	7.327
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e CCI	-18	0
6.03.06	Pagamento do principal de parcelamento de impostos	0	97
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	122	-5
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62	81
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	184	76

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	389.625	-6.468	0	-1.894.903	0	-1.511.746
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.625	-6.468	0	-1.894.903	0	-1.511.746
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-282.840	0	-282.840
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-282.840	0	-282.840
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	389.625	-6.468	0	-2.177.743	0	-1.794.586

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	389.625	-6.468	0	-1.917.073	0	-1.533.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.625	-6.468	0	-1.917.073	0	-1.533.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	124.146	0	124.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	124.146	0	124.146
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	389.625	-6.468	0	-1.792.927	0	-1.409.770

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-834	-3.505
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-834	-3.505
7.03	Valor Adicionado Bruto	-834	-3.505
7.04	Retenções	-122	-91
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-122	-91
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-956	-3.596
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-277.269	130.975
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-277.276	130.972
7.06.02	Receitas Financeiras	4	2
7.06.03	Outros	3	1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-278.225	127.379
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-278.225	127.379
7.08.01	Pessoal	2.991	2.727
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.436	2.259
7.08.01.02	Benefícios	444	363
7.08.01.03	F.G.T.S.	111	105
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30	-301
7.08.02.01	Federais	0	-336
7.08.02.03	Municipais	30	35
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.594	807
7.08.03.01	Juros	1.400	646
7.08.03.02	Aluguéis	194	161
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-282.840	124.146
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-282.840	124.146

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.023.308	1.058.223
1.01	Ativo Circulante	122.224	159.837
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.585	79.359
1.01.01.01	Caixa	23	23
1.01.01.02	Bancos	1.113	1.496
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	47.449	77.840
1.01.03	Contas a Receber	59.444	66.656
1.01.03.01	Clientes	25.957	32.552
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	33.487	34.104
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.195	13.822
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.195	13.822
1.02	Ativo Não Circulante	901.084	898.386
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.582	24.468
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	24.582	24.468
1.02.01.10.03	Empréstimos a receber com terceiros	5.138	5.252
1.02.01.10.04	Depósitos e Cauções	9.814	9.586
1.02.01.10.07	Outras Contas a Receber	9.630	9.630
1.02.02	Investimentos	810.783	809.477
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	810.783	809.477
1.02.03	Imobilizado	30.649	29.445
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	30.649	29.445
1.02.04	Intangível	35.070	34.996
1.02.04.01	Intangíveis	35.070	34.996
1.02.04.01.02	Vida Útil Indefinida	7.159	7.002
1.02.04.01.03	Vida Útil Definida	27.911	27.994

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.023.308	1.058.223
2.01	Passivo Circulante	267.642	270.558
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.425	2.203
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.425	2.203
2.01.02	Fornecedores	11.956	13.684
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.956	13.684
2.01.03	Obrigações Fiscais	152.050	140.678
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	152.050	140.678
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	107.984	103.228
2.01.03.01.03	Impostos Parcelados	44.066	37.450
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	64.117	68.339
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	64.117	68.339
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.535	7.462
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	56.582	60.877
2.01.05	Outras Obrigações	37.094	45.654
2.01.05.02	Outros	37.094	45.654
2.01.05.02.05	Cédulas de Crédito Imobiliário - CCIs	32.121	40.477
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	4.926	4.850
2.01.05.02.07	Receitas de cessões a apropriar	47	327
2.02	Passivo Não Circulante	2.550.252	2.299.411
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.071.215	2.159.515
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.071.215	2.159.515
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	46.847	48.486
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.024.368	2.111.029
2.02.02	Outras Obrigações	96.008	114.533
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.824	14.894
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	12.824	14.894
2.02.02.02	Outros	83.184	99.639
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	27.318	41.176
2.02.02.02.05	Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI	54.475	56.474
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	1.391	1.989
2.02.03	Tributos Diferidos	18.598	18.598
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.598	18.598
2.02.04	Provisões	362.821	5.151
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	362.821	5.151
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	357.670	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.041	1.041
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.110	4.110
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	1.610	1.614
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	1.610	1.614
2.02.06.02.01	Receitas de Cessões a Apropriar	1.610	1.614
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.794.586	-1.511.746
2.03.01	Capital Social Realizado	385.064	385.064
2.03.02	Reservas de Capital	-1.907	-1.907
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	6.376	6.376

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.02.07	Transação de Capital	-8.283	-8.283
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.177.743	-1.894.903

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	46.696	44.796
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.648	-15.008
3.03	Resultado Bruto	31.048	29.788
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-371.670	-17.258
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.254	-17.656
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	398
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-357.416	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-340.622	12.530
3.06	Resultado Financeiro	61.370	79.108
3.06.01	Receitas Financeiras	143.498	181.953
3.06.02	Despesas Financeiras	-82.128	-102.845
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-279.252	91.638
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.588	32.508
3.08.01	Corrente	-3.588	-3.744
3.08.02	Diferido	0	36.252
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-282.840	124.146
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-282.840	124.146
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-150,82	66,2

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-282.840	124.146
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-282.840	124.146
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-282.840	124.146

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.075	-11.384
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.786	7.879
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) líquido do período	-282.840	124.146
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	888	606
6.01.01.05	Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, CCI e bônus perpétuo	40.233	45.927
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128	-219
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	357.671	8
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social	3.588	3.744
6.01.01.11	Encargos financeiros sobre parcelamento de impostos	2.310	3.855
6.01.01.12	Variação cambial	-111.192	-170.188
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.337	2.069
6.01.02.02	Outras contas a receber	617	-1.313
6.01.02.03	Fornecedores	-1.728	-2.641
6.01.02.04	Impostos, taxas e contribuições	1.168	407
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	222	178
6.01.02.06	Outros contas a pagar	-524	239
6.01.02.07	Contas a receber	6.467	6.200
6.01.02.08	Receitas de cessões a apropriar	-284	-956
6.01.02.09	Tributos a recuperar	-373	38
6.01.02.10	Depósito e cauções	-228	-83
6.01.03	Outros	-22.198	-21.332
6.01.03.01	Pagamento de juros	-22.198	-21.332
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.358	-3.377
6.02.01	Aquisição de imobilizado, propriedades para investimentos e intangível	-3.472	-2.511
6.02.03	Resgate (Aplicação) financeira vinculada/aplicações financeiras	0	-15
6.02.04	Baixa de propriedades para investimentos, imobilizado e intangível	0	7
6.02.06	Partes relacionadas	114	-858
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.342	-14.519
6.03.03	Partes relacionadas	-2.070	-327
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e CCI	-13.384	-12.946
6.03.06	Novos parcelamentos de tributos	0	3.896
6.03.07	Pagamento do principal de parcelamento de impostos	-5.888	-6.055
6.03.09	Amortização de custo de captção	0	913
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.775	-29.280
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	79.359	144.988
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.584	115.708

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	389.625	-6.468	0	-1.894.903	0	-1.511.746	0	-1.511.746
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.625	-6.468	0	-1.894.903	0	-1.511.746	0	-1.511.746
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-282.840	0	-282.840	0	-282.840
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-282.840	0	-282.840	0	-282.840
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	389.625	-6.468	0	-2.177.743	0	-1.794.586	0	-1.794.586

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	389.625	-6.468	0	-1.917.073	0	-1.533.916	0	-1.533.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.625	-6.468	0	-1.917.073	0	-1.533.916	0	-1.533.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	124.146	0	124.146	0	124.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	124.146	0	124.146	0	124.146
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	389.625	-6.468	0	-1.792.927	0	-1.409.770	0	-1.409.770

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	52.186	49.061
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	51.931	48.663
7.01.02	Outras Receitas	255	398
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.180	-28.049
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-14.104	-13.590
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.076	-14.459
7.03	Valor Adicionado Bruto	28.006	21.012
7.04	Retenções	-888	-606
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-888	-606
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.118	20.406
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-213.918	182.351
7.06.02	Receitas Financeiras	143.498	181.953
7.06.03	Outros	-357.416	398
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-186.800	202.757
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-186.800	202.757
7.08.01	Pessoal	4.607	4.640
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.600	3.568
7.08.01.02	Benefícios	796	825
7.08.01.03	F.G.T.S.	211	247
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.055	-29.197
7.08.02.01	Federais	7.260	-30.976
7.08.02.03	Municipais	1.795	1.779
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	82.378	103.168
7.08.03.01	Juros	82.128	102.845
7.08.03.02	Aluguéis	250	323
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-282.840	124.146
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-282.840	124.146

Comentário do Desempenho



São Paulo, 15 de maio de 2026 – A General Shopping e Outlets do Brasil [B3: GSHP3], uma das principais empresas brasileiras de administração e desenvolvimento de shoppings centers em seus diversos modelos, anuncia hoje seus resultados do 1T26. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas com base em números consolidados e em milhares de reais.

- A Receita Bruta da General Shopping e Outlets do Brasil S/A no primeiro trimestre de 2026 - 1T26 - atingiu R\$ 52,9 milhões, com acréscimo de 7,0% em comparação à receita de R\$ 49,5 milhões no primeiro trimestre de 2025 - 1T25.
- O NOI Consolidado no 1T26 registrou R\$ 31,2 milhões, com margem de 66,9% e acréscimo de 4,2% em relação aos R\$ 30,0 milhões alcançados no 1T25.
- O Lucro Bruto no 1T26 foi de R\$ 31,0 milhões, com margem de 66,5% e acréscimo de 4,2% em comparação aos R\$ 29,8 milhões no 1T25.
- O EBITDA Ajustado no 1T26 atingiu R\$ 18,9 milhões, com margem de 40,5% e acréscimo de 8,1% em relação aos R\$ 17,5 milhões no 1T25.

Destques Financeiros e Operacionais Consolidados			
R\$ mil	1T25	1T26	Var.
Receita Bruta Total	49.461	52.920	7,0%
Aluguel (Shoppings)	16.065	15.402	-4,1%
Serviços	33.396	37.518	12,3%
NOI Consolidado	29.977	31.229	4,2%
EBITDA Ajustado	17.511	18.931	8,1%
Resultado Líquido Ajustado	130.009	76.163	-41,4%
FFO Ajustado	130.615	77.051	-41,0%
Margem NOI	66,9%	66,9%	0,0 p.p.
Margem EBITDA Ajustado	39,1%	40,5%	1,4 p.p.
Margem Resultado Líquido Ajustado	290,2%	163,1%	-127,1 p.p.
Margem FFO Ajustado	291,6%	165,0%	-126,6 p.p.
Receita Bruta por m ²	601,14	654,06	8,8%
NOI por m ²	364,34	385,97	5,9%
EBITDA Ajustado por m ²	212,83	233,98	9,9%
Resultado Líquido ajustado m ²	1.580,12	941,33	-40,4%
FFO ajustado por m ²	1.587,48	952,31	-40,0%
ABL Própria - Média do Período (m ²)	82.278	80.910	-1,7%
ABL Própria - Final do Período (m ²)	82.278	80.910	-1,7%

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Marcio Snioka
Diretor de RI

www.generalshopping.com.br

dri@generalshopping.com.br

GSHP
B3 LISTED

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia apresenta o desempenho operacional e financeiro para o primeiro trimestre de 2026(1T26), detalhado nos respectivos relatórios e demonstrações.

A Receita Bruta no 1T26 apresentou acréscimo de 7,0% para R\$ 52,9 milhões, ponderada pela redução nas Receitas de Aluguel em 4,1% e acréscimo das Receitas de Serviços em 12,3% quando comparadas ao 1T25.

Considerando o desempenho em Mesmas Áreas, o Aluguel SAR (Same Area Rentals) apresentou crescimento de 0,6%, no 1T26 quando comparado com o mesmo período do ano anterior e acréscimo de Vendas SAS (Same Area Sales) de 8,5% no mesmo período de comparação.

A taxa de ocupação apresentou uma redução no trimestre, atingindo 95,5% no 1T26 contra 95,7% quando comparada com o 1T25.

Observando os Custos dos Alugueis e Serviços, estes aumentaram 4,3% em relação ao 1T25, atingindo R\$ 15,6 milhões, impactado pelo acréscimo dos custos de ocupação, serviços de terceiros e custos de pessoal.

O NOI atingiu R\$ 31,2 milhões no 1T26, aumento de 4,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem de 66,9%.

Analisando as Despesas Gerais e Administrativas, elas apresentaram um decréscimo de 19,3% no 1T26, quando comparada com o 1T25, impactada principalmente pela redução das despesas não recorrentes e de serviços de terceiros.

O EBITDA ajustado no 1T26 atingiu R\$ 18,9 milhões, aumento de 8,1% em relação ao mesmo período de 2025, com margem EBITDA ajustado de 40,5%.

No trimestre, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi impactado principalmente pela variação cambial do Dólar x Real, passando de positivos R\$ 79,1 milhões no 1T25 para positivos R\$ 61,4 milhões no 1T26.

Agradecemos a nossos colaboradores, lojistas, clientes e visitantes por suas preciosas contribuições.

Marcio Snioka,

Diretor de Relações com Investidores

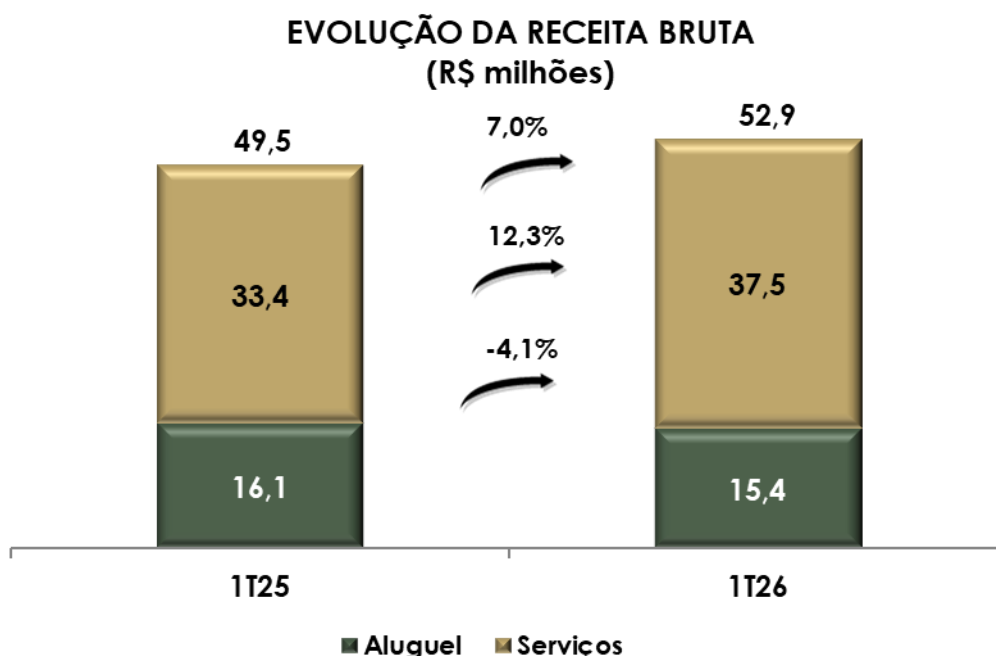
Comentário do Desempenho

RECEITA BRUTA

A receita bruta total da Companhia neste trimestre registrou R\$ 52,9 milhões, representando um acréscimo de 7,0% em relação ao 1T25.

A receita bruta de aluguéis no 1T26 totalizou R\$ 15,4 milhões, representando 29,1% da receita bruta total e um decréscimo de 4,1% em relação ao 1T25. Este decréscimo ocorreu principalmente em função da alienação do Poli Shopping Center.

A receita bruta de serviços no 1T26 totalizou R\$ 37,5 milhões, representando um acréscimo de 12,3% em relação ao 1T25. O principal fator para esse crescimento foi o aumento do fluxo de veículos e consumo de serviços fornecidos pela Companhia.



RECEITA DE ALUGUÉIS

As receitas de aluguéis da Companhia, que totalizaram R\$ 15,4 milhões no 1T26, são divididas entre aluguel mínimo, aluguel percentual de vendas, luvas, *merchandising* e linearização da receita.

Comentário do Desempenho

Composição da Receita de Aluguéis			
R\$ milhões	1T25	1T26	Var.
Aluguel Mínimo	11,9	11,2	-4,9%
Aluguel Percentual de Vendas	1,5	1,8	19,2%
Luvras	0,2	0,1	-54,6%
Merchandising	2,3	2,0	-12,5%
Linearização da Receita	0,2	0,3	35,1%
Total	16,1	15,4	-4,1%

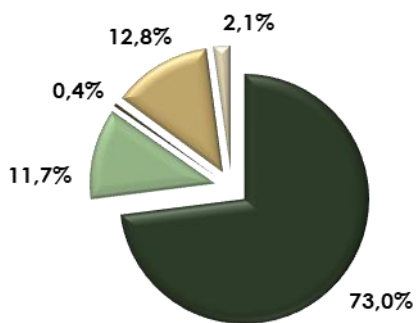
As receitas de aluguel mínimo no 1T26 diminuíram em R\$ 0,7 milhão, ou 4,9% em relação ao 1T25, devido principalmente aos fatores já mencionados anteriormente.

O aluguel percentual de vendas aumentou 19,2% na comparação entre os dois trimestres.

Os aluguéis temporários (Merchandising) no 1T26 totalizaram R\$ 2,0 milhões, decréscimo de R\$ 0,3 milhão em comparação com o 1T25.

As receitas de aluguel mínimo representaram 73,0% da receita total de aluguéis no 1T26, enquanto no 1T25 representavam 74,1%.

Receita de Aluguéis - 1T26



- Aluguel Mínimo
- Aluguel Percentual de Vendas
- Luvras
- Merchandising
- Linearização

Comentário do Desempenho

RECEITA DE SERVIÇOS

No 1T26 as receitas de serviços totalizaram R\$ 37,5 milhões, representando um acréscimo de 12,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Composição da Receita de Serviços			
R\$ milhões	1T25	1T26	Var.
Estacionamento	17,3	20,3	17,1%
Energia	5,7	6,0	6,1%
Água	3,0	3,2	5,9%
Administração	7,4	8,0	8,5%
Total	33,4	37,5	12,3%

As receitas de estacionamento no 1T26 foram de R\$ 20,3 milhões, um acréscimo de R\$ 3,0 milhões ou 17,1% em relação ao 1T25. Este crescimento decorreu principalmente pelos fatores já mencionados anteriormente e reajustes das tarifas.

As receitas de gestão do suprimento de energia foram de R\$ 6,0 milhões no 1T26, acréscimo de R\$ 0,3 milhão, ou 6,1%. Este resultado foi principalmente em função da variação nos custos de compra (Spot), além dos fatores já mencionados anteriormente.

As receitas da gestão do suprimento de água totalizaram R\$ 3,2 milhões no 1T26, R\$ 0,2 milhão maior que no 1T25.

DEDUÇÕES DA RECEITA (IMPOSTOS, DESCONTOS E CANCELAMENTOS)

Os impostos, descontos e cancelamentos aplicáveis à receita bruta totalizaram R\$ 6,2 milhões no 1T26, correspondendo a 11,8% da mesma, enquanto que no 1T25 representaram 9,4%.

Os impostos sobre faturamento (PIS/COFINS/ISS) totalizaram R\$ 5,2 milhões no 1T26, representando um acréscimo de R\$ 1,3 milhão em relação ao 1T25.

Neste trimestre os descontos e cancelamentos foram de R\$ 1,0 milhão, o que representa um decréscimo de R\$ 0,2 milhão comparado com o 1T25.

RECEITA LÍQUIDA DE ALUGUÉIS E SERVIÇOS

A Receita Líquida totalizou R\$ 46,7 milhões no 1T26, um acréscimo de 4,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

CUSTO DOS ALUGUÉIS E SERVIÇOS

No 1T26 os custos dos aluguéis e serviços apresentaram um acréscimo de 4,3%, ficando em R\$ 15,6 milhões.

Comentário do Desempenho

Custo dos Aluguéis e dos Serviços Prestados			
R\$ milhões	1T25	1T26	Var.
Pessoal	1,2	1,3	10,7%
Depreciação	0,2	0,2	-4,2%
Ocupação	9,3	9,5	2,6%
Serviços de Terceiros	4,3	4,6	6,5%
Total	15,0	15,6	4,3%

Custo de Pessoal

O custo de pessoal foi de R\$ 1,3 milhão neste trimestre, R\$ 0,1 milhão maior que no 1T25.

Custo de Depreciação

No 1T26, o custo de depreciação foi de R\$ 0,2 milhão, mesmo patamar que no 1T25.

Custo de Ocupação

Neste trimestre, o custo de ocupação totalizou R\$ 9,5 milhões, R\$ 0,2 milhão maior que no 1T25.

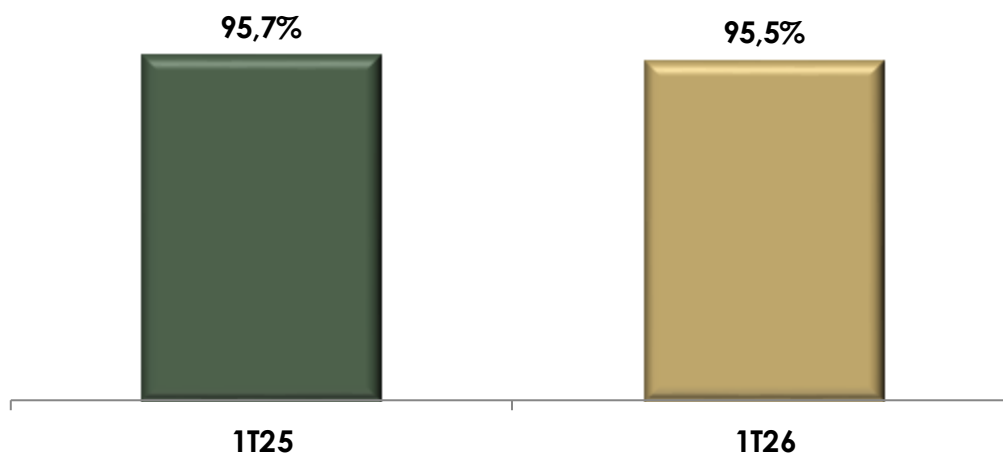
CUSTO DE OCUPAÇÃO (R\$ milhões)



O custo de ocupação dos shoppings centers foi de R\$ 1,5 milhão no 1T26, R\$ 0,4 milhão menor que no 1T25.

Os custos de ocupação dos serviços totalizaram R\$ 8,0 milhões no 1T26, um acréscimo de R\$ 0,6 milhão comparado com o 1T25.

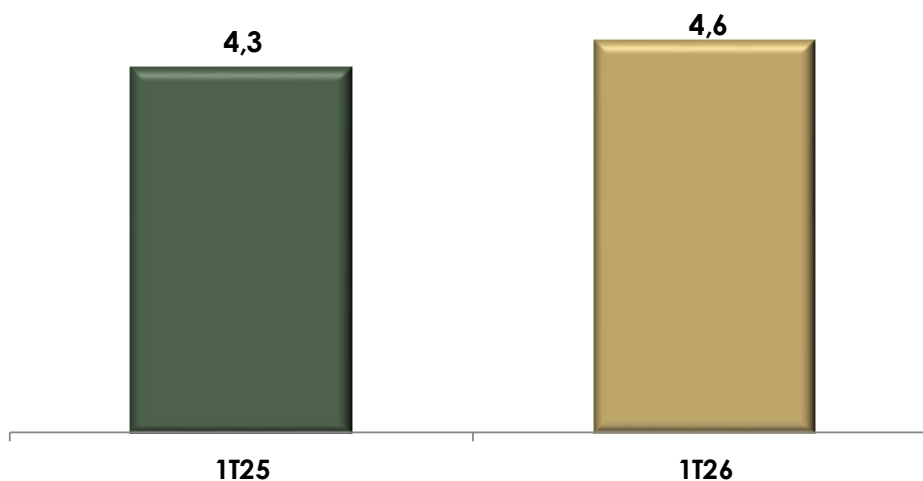
EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO



Custo de Serviços de Terceiros

Os custos de serviços de terceiros no 1T26, principalmente relativos a estacionamentos, foram de R\$ 4,6 milhões, R\$ 0,3 milhão maior que no 1T25.

CUSTO COM SERVIÇOS DE TERCEIROS (R\$ milhões)

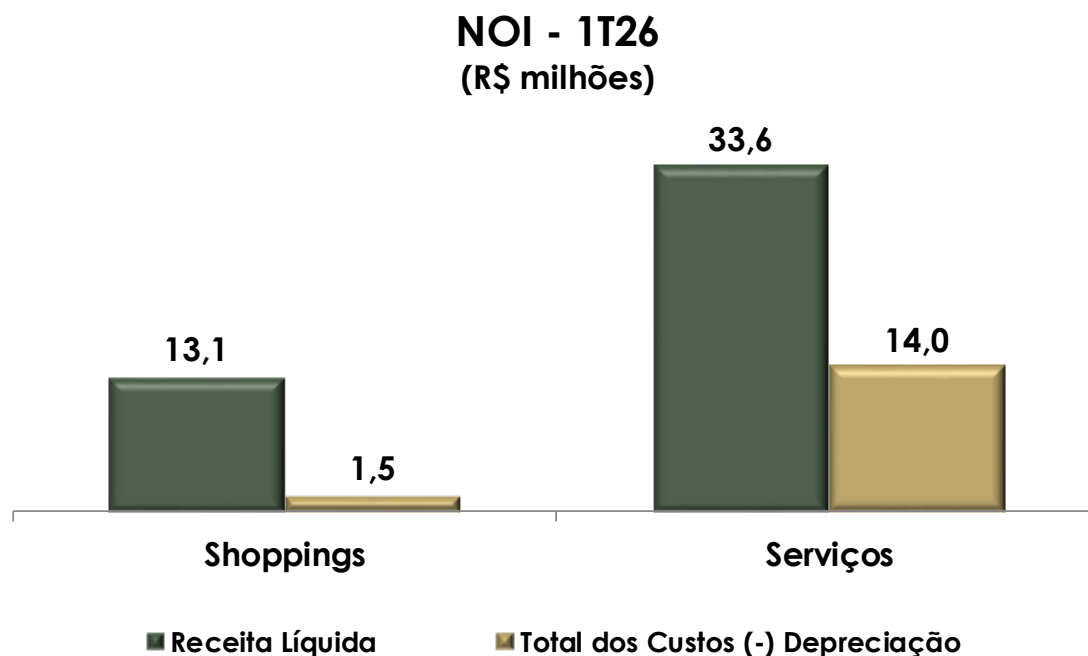


LUCRO BRUTO

O lucro bruto no 1T26 foi de R\$ 31,0 milhões, margem de 66,5% e acréscimo de 4,2% comparado aos R\$ 29,8 milhões no 1T25.

Comentário do Desempenho

No 1T26 o NOI Consolidado da Companhia foi de R\$ 31,2 milhões. O NOI das operações de Shopping Center foi de R\$ 11,6 milhões e o de Serviços foi de R\$ 19,6 milhões.



DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas no 1T26 totalizaram R\$ 14,3 milhões, enquanto no 1T25 esse montante foi de R\$ 17,7 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas			
R\$ milhões	1T25	1T26	Var.
Publicidade e Propaganda	(1,0)	(0,9)	-5,8%
PCLD	-	(0,1)	-
Despesas com Pessoal	(3,4)	(3,2)	-4,9%
Serviços de Terceiros	(4,5)	(3,8)	-16,6%
Despesas de Comercialização	(1,0)	(2,1)	97,0%
Não Recorrentes	(4,4)	(1,0)	-77,3%
Outras Despesas	(3,4)	(3,2)	-5,8%
Total	(17,7)	(14,3)	-19,3%

Neste trimestre tivemos um decréscimo de R\$ 3,4 milhões nas despesas administrativas que pode ser explicado pelo decréscimo (i) de publicidade e propaganda, (ii) das despesas com serviços de terceiros, (iii) das outras despesas, (iv) das não recorrentes e (v) das despesas com pessoal,

Comentário do Desempenho

parcialmente compensado pelo acréscimo da (vi) PCLD e (vii) das despesas de comercialização.

OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais são representadas principalmente por recuperações de custos e despesas pagas pela Companhia de responsabilidade dos condomínios e outras recuperações e provisões em geral. No 1T26 as outras receitas e despesas operacionais foram de R\$ 357,4 milhões negativo, enquanto no 1T25 tivemos R\$ 0,4 milhão.

Outras Receitas e Despesas Operacionais			
R\$ milhões	1T25	1T26	Var.
Recuperação de Despesas	0,2	0,2	27,6%
Outras Recuperações e Provisões	0,2	(357,6)	-
Total	0,4	(357,4)	-

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido no 1T26 foi de R\$ 61,4 milhões, e no 1T25 o resultado ficou R\$ 79,1 milhões. Lembramos que o efeito da variação cambial sobre o principal de nossa dívida perpétua não é um efeito caixa.

As despesas com juros referentes aos financiamentos contratados para os projetos *greenfields* são capitalizadas durante o período de obras e amortizadas a partir do início da operação dos shoppings.

Resultado Financeiro Líquido			
R\$ milhões	1T25	1T26	Var.
Receitas	182,0	143,5	-21,1%
Juros de aplicações financeiras	2,9	1,8	-36,8%
Variação cambial ativa	177,5	139,4	-21,4%
Ganho na operação com derivativos	1,0	2,1	104,3%
Outros	0,6	0,2	-73,4%
Despesas	(102,9)	(82,1)	-20,1%
Juros de empréstimos, financiamentos e CCIs	(5,9)	(4,2)	-29,9%
Bônus de Dívida Perpétuos	(39,6)	(35,7)	-9,9%
Perda em operação com derivativos	(3,2)	(2,1)	-33,9%
Variação cambial passiva	(7,6)	(30,3)	299,4%
Variação monetária passiva	(1,7)	(1,0)	-37,3%
Multa sobre impostos em atraso	(4,1)	(2,3)	-42,8%
Outros	(40,8)	(6,5)	-84,1%
Total	79,1	61,4	-22,4%

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Política de Gestão de Riscos visa à proteção da companhia contra variações que possam afetar a liquidez através da utilização de instrumentos financeiros derivativos ou de aplicações financeiras em dólar. O Conselho de Administração monitora e delibera sobre alterações na Política.

Operações especulativas são proibidas pela Política e qualquer instrumento utilizado deve objetivar a mitigação de riscos. Todas as operações são controladas através de monitoramento diário de marcação a mercado e de limites de risco, informados por uma consultoria terceirizada à Diretoria Financeira.

Nenhum derivativo é classificado como hedge na definição do CPC 48 e, portanto, não são contabilizados conforme práticas de *Hedge Accounting*.

RISCO CAMBIAL

A estratégia atual da companhia consiste em manter em até 1 ano de pagamento de juros dos bonds cobertos contra o risco cambial. A forma de obter esta cobertura pode ser realizada com operações no Brasil ou no exterior, podendo incluir instrumentos derivativos e obedecendo a critérios de custo e rentabilidade.

A Companhia gerencia e monitora diariamente a sua posição de derivativos, adequando-se à melhor estratégia de hedge que possua menos custos em relação às demais.

Para proteção dos pagamentos de juros referentes às obrigações em moedas estrangeiras, a Companhia utiliza operações a termo *non-deliverable forward* (NDF) junto a instituições de primeira linha.

Em 31 de março de 2026, a posição de hedge da companhia era:

Tipos de Instrumento de Hedge	
Instrumento Derivativo - NDF de câmbio	TOTAL
Preço - R\$/US\$*	5,3601
Nocional em US\$ mil	5.000
Valor Justo em R\$ mil	(298)
Total de Instrumento de Hedge	
	TOTAL
Nocional em US\$ mil	5.000
Valor Justo em R\$ mil	(298)

(*) O preço reflete o preço de entrada na operação.

Comentário do Desempenho

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CORRENTE E DIFERIDO)

O valor do imposto de renda e da contribuição social apurado no 1T26 foi de R\$ 3,6 milhões negativo e no 1T25 foi de R\$ 32,5 milhões.

RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO

No 1T26 a Companhia registrou resultado líquido ajustado de R\$ 76,2 milhões, decréscimo de 41,4% em comparação com o resultado líquido ajustado de R\$ 130,0 milhões no 1T25.

Reconciliação do Resultado Líquido Ajustado			
R\$ milhões	1T25	1T26	Var.
Resultado Líquido	124,1	(282,8)	-
(+) Não recorrentes	4,4	358,7	-
(+) IRPJ/CSLL (Não recorrentes)	1,5	0,3	8,1%
Resultado Líquido Ajustado	130,0	76,2	-41,4%
Margem - Resultado Líquido Ajustado	290,2%	163,1%	-127,1 p.p.

EBITDA AJUSTADO

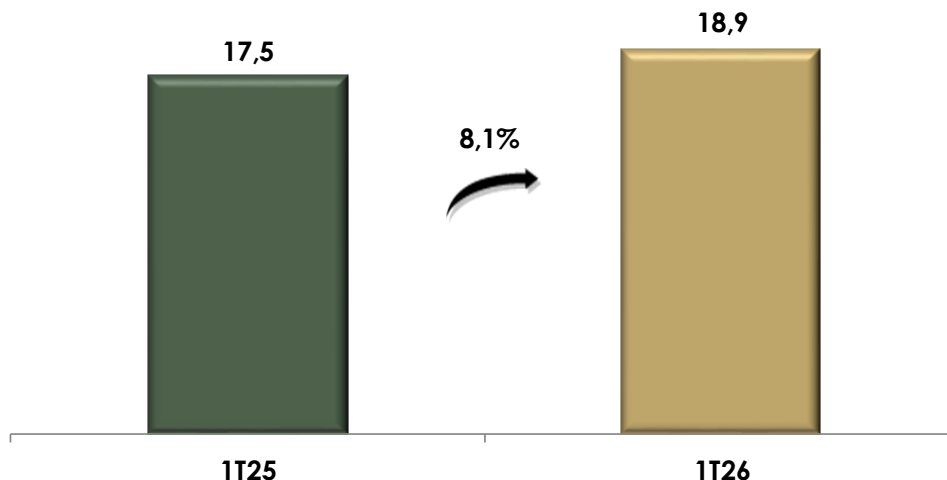
O EBITDA Ajustado no 1T26 foi de R\$ 18,9 milhões, margem de 40,5% e acréscimo de 8,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Reconciliação do EBITDA Ajustado			
R\$ milhões	1T25	1T26	Var.
Resultado líquido	124,1	(282,8)	-
(+) IRPJ / CSLL	(32,5)	3,5	-
(+) Resultado Financeiro Líquido	(79,1)	(61,4)	-22,4%
(+) Depreciação e Amortização	0,6	0,9	46,5%
EBITDA*	13,1	(339,8)	-
(+) Não Recorrentes	4,4	358,7	-
EBITDA Ajustado	17,5	18,9	8,1%
Margem EBITDA Ajustado	39,1%	40,5%	1,4 p.p.

* Resolução CVM 156/22

Comentário do Desempenho

**EBITDA AJUSTADO
(R\$ milhões)**

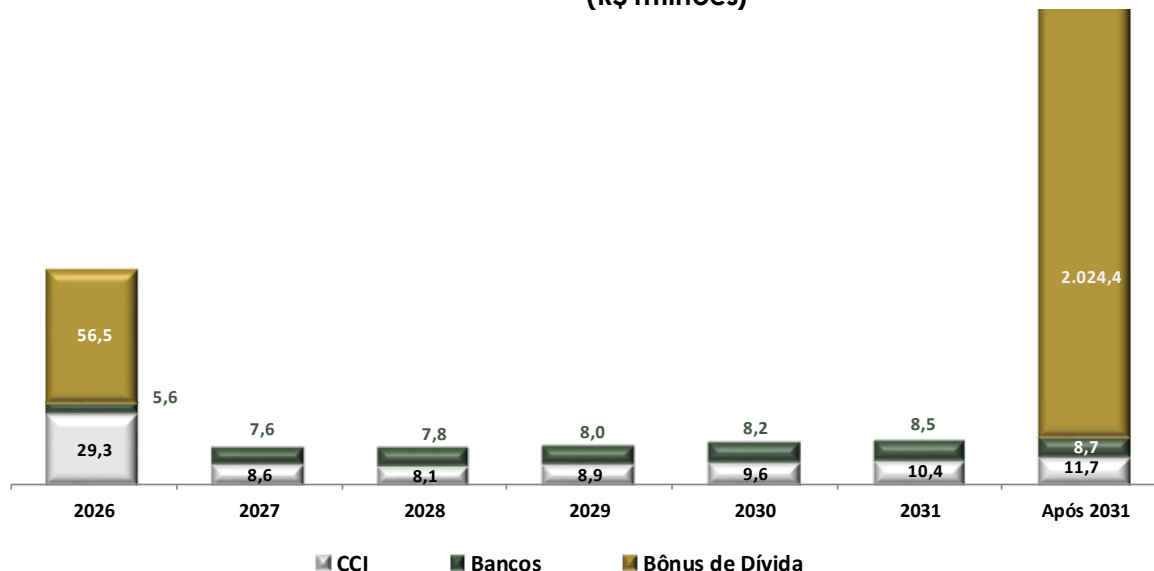


ESTRUTURA DE CAPITAL

O endividamento bruto da Companhia em 31 de março de 2026 totalizou R\$ 2.221,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2025 este endividamento era de R\$ 2.324,8 milhões.

Considerando a posição de caixa da Companhia (caixa e equivalentes de caixa e outras aplicações financeiras) em 31 de março de 2026 de R\$ 48,6 milhões, o endividamento líquido total foi de R\$ 2.173,3 milhões. No 4T25 o endividamento líquido foi de R\$ 2.245,4 milhões.

**CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO
(R\$ milhões)**



Comentário do Desempenho

R\$ milhões												
Instituição Financeira	Vencim.	Indexador	Taxa	31/03/26	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	
CCI - ITAÚ	jan-27	TR	10,00%	10,4	9,3	1,1	-	-	-	-	-	
CCI - ITAÚ	set-26	TR	9,70%	14,4	14,4	-	-	-	-	-	-	
CCI - ITAÚ	dez-32	IPCA	8,34%	26,4	2,4	3,2	3,5	3,8	4,1	4,4	5,0	
CCI - ITAÚ	dez-32	IPCA	8,35%	35,4	3,2	4,3	4,6	5,1	5,5	6,0	6,7	
DEBÊNTURES	dez-32	TR	9,70%	54,4	5,6	7,6	7,8	8,0	8,2	8,5	8,7	
BONUS DE DÍVIDA	ago-26	USD	10%/12%	47,2	47,2	-	-	-	-	-	-	
BONUS DE DÍVIDA 2010/2011 (*)	-	USD	10,00%	518,6	9,3	-	-	-	-	-	509,3	
BONUS DE DÍVIDA 2012 (*)	-	USD	13,17%	1.515,1	-	-	-	-	-	-	1.515,1	
Total dos Empréstimos e Financiamentos				2.221,9	91,4	16,2	15,9	16,9	17,8	18,9	2.044,8	

*Pépetuo com possibilidade de call

Para o critério das agências de *Ratings* que monitoram a Companhia (*Fitch* e *Moody's*), 50% da emissão de bônus de Dívida Perpétuos Subordinados são considerados Capital.

Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO			
R\$ mil	1T25	1T26	Var.
Receita Bruta	49.461	52.920	7,0%
De Aluguéis	16.065	15.402	-4,1%
De Serviços	33.396	37.518	12,3%
Deduções da Receita	(4.665)	(6.224)	33,4%
Pis / Cofins	(2.529)	(3.655)	44,5%
ISS	(1.338)	(1.579)	18,0%
Descontos	(798)	(990)	24,1%
Receita Líquida	44.796	46.696	4,2%
Custos dos Aluguéis e Serviços	(15.008)	(15.648)	4,3%
Pessoal	(1.229)	(1.361)	10,7%
Depreciação	(189)	(181)	-4,2%
Ocupação	(9.300)	(9.539)	2,6%
Serviços de Terceiros	(4.290)	(4.567)	6,5%
Resultado Bruto	29.788	31.048	4,2%
Despesas Operacionais	(17.258)	(371.670)	-
Gerais e Administrativas	(17.656)	(14.254)	-16,7%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	398	(357.416)	-
Lucro Antes do Resultado Financeiro	12.530	(340.622)	-
Resultado Financeiro	79.108	61.370	-22,4%
Resultado Antes do IR e da CS	91.638	(279.252)	-
IR/CS	32.508	(3.588)	-
Resultado Líquido	124.146	(282.840)	-

Comentário do Desempenho

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO		
ATIVO R\$ mil	31/03/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	48.585	79.359
Contas a receber	25.957	32.552
Tributos a recuperar	14.195	13.822
Outras contas a receber	33.487	34.104
Total do ativo circulante	122.224	159.837
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos a receber com terceiros	5.138	5.252
Depósitos e cauções	9.814	9.586
Outras contas a receber	9.630	9.630
Propriedades para investimento	810.783	809.477
Imobilizado	30.649	29.445
Intangível	35.070	34.996
Total do ativo não circulante	901.084	898.386
TOTAL DO ATIVO	1.023.308	1.058.223

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	11.956	13.684
Empréstimos e financiamentos	64.117	68.339
Salários e encargos sociais	2.425	2.203
Impostos, taxas e contribuições	107.984	103.228
Impostos parcelados	44.066	37.450
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	32.121	40.477
Receitas de cessões a apropriar	47	327
Outras contas a pagar	4.926	4.850
Total do circulante	267.642	270.558
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	2.071.215	2.159.515
Receitas de cessões a apropriar	1.610	1.614
Impostos parcelados	27.318	41.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.598	18.598
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	362.821	5.151
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	54.475	56.474
Partes relacionadas	12.824	14.894
Outras contas a pagar	1.391	1.989
Total do não circulante	2.550.252	2.299.411
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-1.794.586	-1.511.746
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.023.308	1.058.223

Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
R\$ mil	31/03/2026	31/03/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do Período	-282.840	124.146
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do período com o caixa líquido (aplicado nas)/ provenientes das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	888	606
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128	-219
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	357.671	8
Imposto de renda e contribuição social	3.588	3.744
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, CCI e bonds perpétuos	40.233	45.927
Encargos financeiros sobre parcelamento de impostos	2.310	3.855
Variação cambial	-111.192	-170.188
Contas a receber	6.467	6.200
Tributos a recuperar	-373	38
Outras contas a receber	617	-1.313
Depósitos e cauções	-228	-83
Aumento/ (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	-1.728	-2.641
Impostos, taxas e contribuições	1.168	407
Salários e encargos sociais	222	178
Receitas de cessões a apropriar	-284	-956
Outras contas a pagar	-524	239
Caixa líquido aplicado nas/ (proveniente das) atividades operacionais	16.123	9.948
Pagamento de juros	-22.198	-21.332
Caixa líquido (aplicado nas) / proveniente das atividades operacionais	-6.075	-11.384
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Baixa de propriedade para investimentos, imobilizado e intangível	0	7
Resgate/ (Aplicação) financeira e aplicação vinculada	0	-15
Partes Relacionadas	114	-858
Aquisição de imobilizado, propriedades para investimentos e intangível	-3.472	-2.511
Caixa líquido proveniente das /(aplicado nas) atividades de investimento	-3.358	-3.377
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e CCI	0	913
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e CCI	-13.384	-12.946
Novos parcelamentos de tributos	0	3.896
Pagamento do principal de parcelamento de impostos	-5.888	-6.055
Partes relacionadas	-2.070	-327
Caixa líquido aplicado nas /(proveniente das) atividades de financiamento	-21.342	-14.519
Aumento /(Redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	-30.775	-29.280
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	79.359	144.988
No final do exercício	48.584	115.708

Nota: Os indicadores operacionais e financeiros não foram objetos de auditoria pelos nossos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

GLOSSÁRIO

ABL Própria	Área bruta locável ponderada pela participação da Companhia nos Shopping Centers.
ABL Total	Área bruta locável, que corresponde à soma de todas as áreas disponíveis para a locação nos Shopping Centers, exceto quiosques e as áreas comerciais de propriedade de terceiros.
Aluguel Mínimo	Aluguel base, definido em contrato de locação.
Aluguel Percentual de Vendas	Diferença entre o aluguel mínimo e o aluguel com base no percentual de vendas do lojista.
CPC 06	Pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil que trata da linearização da receita.
CPC 28	Pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil que tem por objetivo prescrever o tratamento contábil de propriedades para investimento e respectivos requisitos de divulgação.
CPC 48	Pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil que trata do reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros.
EBITDA Ajustado	Refere-se ao lucro bruto menos as despesas operacionais, mais a depreciação e amortização acrescida das despesas não recorrentes.
EBITDA Ajustado por m²	EBITDA Ajustado dividido pela ABL própria média no período.
FFO Ajustado	Funds From Operations: Lucro Líquido Ajustado + Depreciação + Amortização.
FFO por m²	FFO dividido pela ABL própria média no período.
FII GSOB	General Shopping e Outlets do Brasil Fundo de Investimento Imobiliário.
Lojas Âncoras	Grandes lojas conhecidas do público, com características estruturais e mercadológicas especiais, que funcionam como força de atração de consumidores, assegurando permanente afluência e trânsito uniforme destes em todas as áreas do Shopping Center.
Lojas Satélites	Lojas de varejo especializadas, de menor porte, destinadas ao comércio em geral.
Malls	Áreas comuns dos Shopping Centers (corredores) locadas para a colocação de stands, Quiosques e similares.
Merchandising	Aluguel de espaço para propaganda e promoções de produtos e serviços.
NOI	Net Operating Income: Receita Líquida menos custo de aluguéis e serviços, mais a depreciação e amortização.
NOI por m²	NOI dividido pela ABL própria média no período.
Receita Bruta por m²	Receita Bruta dividida pela ABL própria média no período.
Resultado Líquido Ajustado	Resultado Líquido mais as despesas não recorrentes.
Resultado Líquido Ajustado por m²	Resultado Líquido Ajustado dividido pela ABL própria média no período.
Taxa de Ocupação	ABL locada no Shopping Center.
Vacância	ABL não locada no Shopping Center.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A General Shopping e Outlets do Brasil S.A. (Companhia) foi constituída em 06 de março de 2007 e, a partir de 31 de março de 2007, após sucessivas operações societárias, por meio das quais a participação detida no capital das sociedades com atividades de shopping centers, bem como a participação detida no capital social das sociedades prestadoras de serviços aos shoppings centers, foi agrupada, respectivamente, em duas empresas distintas: (a) Levian Participações e Empreendimentos Ltda. e (b) Atlas Participações Ltda. Atualmente a participação da Companhia no capital das Sociedades com atividades em shoppings centers está agrupada na Levian Participações Empreendimentos S.A. e na Securis Administradora e Incorporadora S.A.

A Companhia negocia suas ações no segmento básico de listagem da “B3 - Brasil, Bolsa, Balcão”, sob a sigla GSHP3.

A Companhia apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro de um programa restrito patrocinado de Global Depositary Shares com base no Regulation S e Rule 144A (GDSs), conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 22 de julho de 2016. Em 18 de julho de 2016, a CVM aprovou o pedido. Nesse contexto, o The Bank of New York Mellon atua como a instituição depositária do Programa de GDS e é responsável pela emissão dos respectivos certificados. As ações ordinárias da Companhia são negociadas na B3 e representam lastro dos GDS à razão de 1 (um) GDS para cada 73 (setenta e três) ações. O Itaú Unibanco S.A. atua como a instituição custodiante das ações da Companhia no Brasil. O estabelecimento do programa GDS envolveu a emissão de 11.000.000 (onze milhões) de novas ações ordinárias em decorrência da incorporação da controlada indireta Druz Administradora e Incorporadora Ltda. As novas ações emitidas ficaram em poder da controlada direta GS Investments Limited. Do montante das ações que não serviram de lastro para o programa de GDS, foram canceladas 6.564.301 ações conforme ata da reunião do conselho de administração realizada em 04 de agosto de 2017. O saldo remanescente de 1.923.550 ações (grupadas em 53.432 ações em 23 de janeiro de 2020) permanece em tesouraria nominal à Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2019 e autorizada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 23 de janeiro de 2020, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia (incluindo as ações que lastreiam os títulos emitidos pela General Shopping no âmbito do seu programa patrocinado de certificados de depósito de ações), à razão de 36 (trinta e seis) ações para 1 (uma) ação, de modo que cada lote de 36 (trinta e seis) ações foram grupado em uma única ação, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. (“Grupamento”). Em decorrência do Grupamento, o número de ações em que se divide o capital social da Companhia foi alterado de 69.435.699 (sessenta e nove milhões, quatrocentas e trinta e cinco mil, seiscentas e noventa e nove) para

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

1.928.769 (um milhão, novecentas e vinte e oito mil setecentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A sede da Companhia está localizada em São Paulo - SP, na Avenida Angélica, nº 2.466, 24º andar conjunto 241.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. (Companhia) relativas ao período findo em 31 de março de 2026 foram concluídas e aprovadas pela diretoria da Companhia em 14 de maio de 2026. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao período findo em 31 de março de 2026, abrangem a Companhia e suas controladas, (conjuntamente referidas como Grupo e individualmente como entidades do Grupo).

A Companhia e suas controladas têm como atividade preponderante: **(a)** administração de bens próprios e de terceiros; **(b)** participação em negócios mobiliários e **(c)** incorporação imobiliária e atividades correlatas ou semelhantes.

As controladas diretas e indiretas da Companhia e que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

- **ALTE Telecom Comércio e Serviços Ltda. (ALTE):** tem por objeto social a prestação de serviços de provedor de acesso às redes de comunicações, serviços de comunicação multimídia - SCM, provedor de voz sobre protocolo internet - VOIP;
- **Ardan Administradora e Incorporadora Ltda. (Ardan):** tem por objeto social a administração de bens próprios e participação em outras sociedades. Atualmente, a Ardan é detentora de uma fração ideal de 0,5% do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center;
- **Ast Administradora e Incorporadora Ltda. (Ast):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária, participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários e locação de equipamentos de segurança e câmeras de vídeo;
- **Atlas Participações Ltda. (Atlas):** tem por objeto social a administração de bens próprios e participação em outras sociedades. Atualmente, a Atlas possui participação integral na I Park Estacionamento Ltda., Energy Comércio e Serviços de Energia Ltda., Wass Comércio e Serviços de Água Ltda., General Shopping Brasil Administradora e Serviços Ltda., Internacional Guarulhos Auto Shopping Center Ltda., Vide Serviços e Participações Ltda. atividades encerras em 02 de março de 2026, Ast Administradora e Incorporadora Ltda., GS Park Estacionamento Ltda., ALTE Telecom Comércio e Serviços Ltda. e na BR Brasil Retail Administradora e Incorporadora S.A.;
- **Babi Administradora e Incorporadora Ltda. (Babi):** tem por objetivo social a incorporações imobiliárias, de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, de administração de bens próprios e de terceiros, de participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários;
- **BAVI Administradora e Incorporadora S.A. (BAVI):** Tem por objetivo a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A BAVI é

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

- detentora de 50% da expansão do Outlet Premium São Paulo;
- **Bac Administradora e Incorporadora Ltda. (Bac):** tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários;
- **Bail Administradora e Incorporadora Ltda. (Bail):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária;
- **BOT Administradora e Incorporadora Ltda. (BOT):** tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários. A BOT possui participação de 100% nas cotas da Manzanza Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda.;
- **Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (Brassul):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Brassul é detentora de 100% das cotas da Sale Empreendimentos e Participações Ltda.;
- **BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (BR Outlet):** tem por objeto as atividades de incorporações imobiliárias, a de venda de imóveis construídos ou adquiridos para venda, a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras sociedades e em empreendimentos imobiliários;
- **BUD Administradora e Incorporadora Ltda. (BUD):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários, a Bud é detentora de uma fração ideal de 3% do Outlet Premium Brasília;
- **BR Brasil Retail Administradora e Incorporadora S.A. (BR Retail):** tem por objeto social o desenvolvimento e administração de projetos envolvendo o planejamento, participação e desenvolvimento de sociedades de comércio varejista e atacadista, bem como aquisição, criação e administração de empresas com atuação no setor de varejo, franquias, máster franquias, empresas franqueadoras e/ ou com potencial de se tornarem franqueadoras, todas com atuação no Brasil. A BR Brasil Retail detém participação integral na Geninvest e na Genpromo e de 50% na Gen Biud.
- **DAN Administradora e Incorporadora Ltda. (DAN):** tem por objeto a incorporações imobiliárias, de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, de administração de bens próprios e de terceiros, de participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários;
- **Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Delta):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários;
- **Energy Comércio e Serviços de Energia Ltda. (Energy):** tem por objeto social a compra, venda e a locação de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia e prestação de serviços de instalação, manutenção e consultoria. Atualmente a Energy presta serviços de locação de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia ao Internacional Auto Shopping Guarulhos Center, Shopping Bonsucesso, Outlet Premium São Paulo e expansão, Parque Shopping Barueri, Outlet Premium Brasília, Outlet Premium Salvador, Shopping do Vale, Parque Shopping Maia, Outlet Premium Rio de Janeiro, Parque Shopping Sulacap, Unimart Shopping, Outlet Grande São Paulo, Outlet Premium Fortaleza e Outlet Premium Imigrantes;
- **FAT Empreendimentos e Participações S/A. (FAT):** tem por objeto social

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

incorporações imobiliárias, a de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda e administração de bens próprios e de terceiros, bem como participação como quotista e acionista em outras empresas e participação em empreendimentos imobiliários;

- **FIPARK Estacionamentos Ltda. (FIPARK):** tem por objeto a administração de estacionamentos de veículos automotores em geral, próprios e de terceiros. Atualmente a FIPARK é responsável pela administração dos estacionamentos do Parque Shopping Maia e Shopping Bonsucesso;
- **General Shopping Brasil Administradora e Serviços Ltda. (GSB Administradora):** tem por objeto social a administração de bens próprios ou de terceiros, prestação de serviços de administração de centros comerciais e predial, prestação de outros serviços complementares, suplementares ou correlatos às suas atividades e, também, a participação em outras sociedades, sob qualquer forma. Atualmente, a GSB Administradora é administradora do Poli Shopping, Cascavel JL Shopping, Shopping do Vale, Outlet Premium São Paulo e expansão, Outlet Premium Brasília, Unimart Shopping, Parque Shopping Barueri, Shopping Bonsucesso, Outlet Premium Salvador, Parque Shopping Sulacap, Parque Shopping Maia; Outlet Premium Rio de Janeiro, Outlet Premium Fortaleza, Outlet Grande São Paulo e Outlet Premium Imigrantes. A General Shopping Brasil Administradora e Serviços é detentora de 100% das quotas da NIC Administradora e Incorporadora Ltda.;
- **General Shopping Finance Limited (General Shopping Finance):** empresa sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Companhia ou às suas subsidiárias. A General Shopping Finance é detentora de 41,7% das quotas da Levian Participações e Empreendimentos Ltda.;
- **Genpag Gestão de Serviços S.A. (Genpag):** tem por objeto desenvolvimento, a exploração, a locação, a prestação de serviços e/ou a comercialização de softwares e aplicativos em tecnologia da informação destinados a arranjos de pagamento e meios de pagamento e afins e a participação em outras sociedades;
- **Geninvest Participações S.A. (Geninvest):** tem por objeto a participação em outras sociedades. A Geninvest é detentora de 100% na Genpag Gestão de Serviços S.A. e de 100% da Gen Plus S.A.;
- **Gen Plus S.A. (Gen Plus):** tem por objeto social o tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, participação em outras sociedades;
- **Genpromo Gestão de Campanha Promocional S.A. (Genpromo):** Nova razão social da BG Gen Buid S.A., a partir de 26 de setembro de 2024 passou a ter como objeto social o Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação, aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, e atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral,

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

- exceto imobiliários;
- **Gen Biud S.A.** : Tem por objetivo social prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo e participação em outras sociedades como acionista ou quotista;
 - **GS Finance II Limited (GS Finance II)**: empresa sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Companhia ou às suas subsidiárias;
 - **GS Investments Limited (GS Investments)**: empresa sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Companhia ou às suas subsidiárias. A GS Investments é detentora de 70,9% das quotas da Securis Administradora e Incorporadora S.A.;
 - **GS Park Estacionamentos Ltda. (GS Park)**: tem por objeto social a administração de estacionamentos de veículos automotores em geral, próprios ou de terceiros. Atualmente a GS Park é responsável pela administração dos estacionamentos do Outlet Premium Salvador, Parque Shopping Sulacap, Internacional Guarulhos Auto Shopping, Outlet Premium Rio de Janeiro, Outlet Premium Grande São Paulo e Outlet Premium Imigrantes;
 - **I Park Estacionamentos Ltda. (I Park)**: tem por objeto social a exploração do ramo específico de estacionamento de veículos automotores em geral, próprios ou de terceiros, por administração. Atualmente a I Park é responsável pela administração dos estacionamentos do Cascavel JL Shopping, Outlet Premium São Paulo e expansão, Outlet Premium Brasília, Shopping Unimart, Shopping do Vale e Parque Shopping Barueri;
 - **Internacional Guarulhos Auto Shopping Center Ltda. (ASG Administradora)**: tem por objeto social a administração de bens próprios ou de terceiros, prestação de serviços de administração de centros comerciais e predial, prestação de outros serviços complementares, suplementares ou correlatos às suas atividades e, também, a participação em outras sociedades, sob qualquer forma. Atualmente, a ASG Administradora é administradora do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center;
 - **JAUÁ Administradora e Incorporadora Ltda. (JAUÁ)**: tem por objeto as atividades de incorporações imobiliárias, a de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários;
 - **Levian Participações e Empreendimentos S.A. (Levian)**: tem por objeto social a administração de bens próprios, participação em outras sociedades e demais atividades complementares e correlatas. Atualmente a Levian é detentora de uma fração ideal de 99,5% do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, e 0,5% do Unimart Shopping. A Levian também possui participação na Send Empreendimentos e Participações Ltda. (100%), Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda. (100%), Vul Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Bud Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Bac Administradora e

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Incorporadora Ltda. (100%), Mai Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Jauá Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Securis Administradora e Incorporadora Ltda. (29,1%), Atlas Participações Ltda. (100%), FIPARK Estacionamentos Ltda (100%), Poli Shopping Administradora de Bens Ltda. (50%), Babi Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Dan Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Loa Administradora e Incorporadora S.A.(100%) e Vanti Administradora e Incorporadora S.A. (99,99%);

- **LOA Administradora e Incorporadora S.A. (LOA):** tem por objeto as atividades de incorporações imobiliárias, venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A LOA é detentora de 50% do Outlet Premium Imigrantes, inaugurado em abril de 2024;
- **MAI Administradora e Incorporadora Ltda. (MAI):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária;
- **Manzana Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda. (Manzana):** tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria e administração de shopping centers e a administração de bens próprios. A Manzana é proprietária de um terreno em Atibaia;
- **NIC Administradora e Incorporadora Ltda. (NIC):** tem por objeto as atividades de incorporações imobiliárias, a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, a administração de imóveis próprios e de terceiros, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A NIC é detentora de 0,5% do Outlet Premium São Paulo, 1,0% do Outlet Premium Salvador, 1,0% do Parque Shopping Sulacap, 0,9% do Shopping Bonsucesso e 4,5% do Unimart Shopping;
- **Palo Administradora e Incorporadora Ltda. (Palo):** tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. A Palo é detentora de 50% do Outlet Premium Fortaleza;
- **POL Administradora e Incorporadora Ltda. (POL):** tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários;
- **Poli Shopping Center Administradora de Bens Ltda. (Poli Adm):** Tem por objetivo a administração de bens próprios ou de terceiros, a prestação de serviços de administração de centros comerciais, a prestação de serviço de administração predial, intermediação de locação e compra e venda de imóveis, a prestação de outros serviços, complementares, suplementares ou correlatos às atividades retro anunciadas, e a administração em outras sociedades, sob qualquer forma e gestão e consultoria em shopping center;
- **Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (Premium Outlet):** tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários;
- **Rumb Administradora e Incorporadora Ltda. (Rumb):** tem por objeto social as atividades de incorporações imobiliárias, a de venda de imóveis construídos

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

- para revenda, a administração de bens próprios e de terceiros, a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários;
- **Sale Empreendimentos e Participações Ltda. (Sale):** tem por objeto social a compra, venda, locação, urbanização, hipoteca, incorporação, construção e a administração de bens imóveis de sua propriedade e de terceiros ou em condomínio. A Sale é detentora de 84,4% do Shopping do Vale;
 - **Securis Administradora e Incorporadora S.A. (Securis):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e participação em outras empresas. A Securis é detentora de 100% das cotas das empresas: Ardan Administradora e Incorporadora Ltda., Bail Administradora e Incorporadora Ltda., Bavi Administradora e Incorporadora S.A., BOT Administradora e Incorporadora Ltda., Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., FAT Empreendimentos e Participações S.A., POL Administradora e Incorporadora Ltda., Tequs Administradora e Incorporadora Ltda., Rumb Administradora e Incorporadora Ltda., Tela Administradora e Incorporadora Ltda. A Securis também é detentora de 0,1% do Shopping Bonsucesso e de uma fração inferior a 0,01% da Vanti Administradora e Incorporadora Ltda;
 - **Send Empreendimentos e Participações Ltda. (Send):** tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades. A Send é detentora de 100% das cotas da Uniplaza Empreendimento Participação e Administração de Centro de Compras Ltda., de 85,5% do Cascavel JL Shopping e de 6,4% do Parque Shopping Barueri;
 - **TEQUS Administradora e Incorporadora Ltda. (TEQUS):** tem por objeto as atividades de incorporações imobiliárias, a venda de imóveis construídos para revenda, a administração de bens próprios e de terceiros, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários;
 - **Tela Administradora e Incorporadora Ltda. (Tela):** tem por objeto social as atividades de incorporações imobiliárias, venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A Tela é detentora de 36% do Outlet Premium Grande São Paulo;
 - **Uniplaza Empreendimentos Participações e Administração de Centros de Compras Ltda. (Uniplaza):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, de centros comerciais próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários;
 - **Vanti Administradora e Incorporadora S.A. (Vanti):** A Sociedade tem por objeto as atividades de incorporações imobiliárias, a de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, a administração de bens próprios e de terceiros, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários e em outras sociedades que tenha por finalidade as mesmas atividades imobiliárias aqui descritas. A Vanti é detentora de 100% das cotas da Palo Administradora e Incorporadora Ltda.;
 - **Vide Serviços e Participações Ltda. (Vide):** tem por objeto social serviços de divulgações institucionais, administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias e participação em outras empresas e

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

empreendimentos imobiliários, suas atividades foram encerradas em 02 de março de 2026.

- **Vul Administradora e Incorporadora Ltda. (Vul):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. A Vul é proprietária de 50,1% do Parque Shopping Maia;
- **Wass Comércio e Serviços de Águas Ltda. (Wass):** tem por objeto social a locação de equipamentos para exploração, tratamento e distribuição de água, bem como a prestação de serviços de instalação, manutenção e consultoria inerentes. Atualmente, a Wass é responsável pela locação de equipamentos para exploração, tratamento e distribuição de água para o Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, Cascavel JL Shopping, Outlet Premium São Paulo e expansão, Outlet Premium Brasília, Shopping do Vale, Parque Shopping Barueri, Poli Shopping, Shopping Bonsucesso, Outlet Premium Salvador, Parque Shopping Maia, Outlet Premium Rio de Janeiro, Outlet Premium Grande São Paulo e Outlet Premium Imigrantes;
- **Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. (Zuz):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários.

As controladas BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (BR Outlet), Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (Premium Outlet), Jauá Administradora e Incorporadora Ltda. (Jauá), Bail Administradora e Incorporadora Ltda. (BAIL), Fat Administradora e Incorporadora Ltda (FAT), POL Administradora e Incorporadora Ltda. (POL), Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. (Zuz); Tequs Administradora e Incorporadora Ltda. (Tequs), Poli Shopping Administração e Serviços Ltda. (Poli Adm.), BAC Administradora e Incorporadora Ltda. (BAC), Mai Administradora e Incorporadora Ltda (MAI), Babi Administradora e Incorporadora Ltda. (BABI), Dan Administradora e Incorporadora Ltda (DAN), têm por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. As empresas não possuem operações em 31 de Março de 2026.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

A Companhia detém participação direta, em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, nos seguintes empreendimentos:

	31/03/2026			31/12/2025		
	Part.	ABL total (m ²)	ABL própria (m ²)	Part.	ABL total (m ²)	ABL própria (m ²)
Shopping Center						
Auto Shopping	100,0%	11.128	11.128	100,0%	11.128	11.128
Cascavel JL Shopping	85,5%	10.076	8.615	85,5%	10.076	8.615
Shopping do Vale	84,4%	17.119	14.446	84,4%	17.119	14.446
Unimart Shopping Campinas	5,0%	15.851	793	5,0%	15.851	793
Parque Shopping Barueri	6,4%	38.626	2.472	6,4%	38.626	2.472
Parque Shopping Sulacáp	1,0%	28.700	287	1,0%	28.700	287
Shopping Bonsucesso	1,0%	29.245	292	1,0%	29.245	292
Parque Shopping Maia	50,1%	33.521	16.794	50,1%	33.521	16.794
Outlet Premium São Paulo	0,5%	24.444	122	0,5%	24.444	122
Outlet Premium São Paulo(Expansão)	50%	4.821	2.411	50%	4.821	2.411
Outlet Premium Brasília	3,0%	17.363	521	3,0%	17.363	521
Outlet Premium Salvador	1,0%	16.217	162	1,0%	16.217	162
Outlet Premium Fortaleza	50,0%	16.104	8.052	50,0%	16.104	8.052
Outlet Premium Grande São Paulo	36,0%	16.607	5.978	36,0%	16.607	5.978
Outlet Premium Imigrantes	50,0%	17.673	8.837	50,0%	17.673	8.837
Total	27,2%	297.495	80.910	27,2%	297.495	80.910

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards (IFRS) - IAS 1) e de acordo com a deliberação CVM 676/11 que aprovou o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1.2. Continuidade operacional

Com base em nosso melhor conhecimento, não há nenhum fato ou contingência relevante que não tenha sido informado e, que possa (i) impedir a continuidade operacional ordinária da Companhia e suas controladas, e/ou (ii) afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e influir na sua avaliação como empreendimento em continuidade. Sendo assim as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

A Companhia mantém monitoramento periódico sobre os riscos de taxas de juros e taxas de câmbio, gestão do risco de crédito e de gerenciamento de capital de giro. A Companhia acredita que não possui evidência de risco de continuidade operacional até o presente momento.

2.1.3. Estrutura de capital e capital circulante líquido

A Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$1.794.586 mil em 31 de março de 2026 (R\$1.511.746 mil em 31 de dezembro de 2025), devido principalmente a fatores não monetários e sem efeito caixa, ou seja, gerado em função do impacto da variação cambial sobre o principal da dívida perpétua da Companhia que é indexada ao dólar. Desta forma, seguindo as normas contábeis brasileiras, a variação cambial é registrada na rubrica de despesas financeiras e afetam o resultado do período/exercício, sendo refletida no lucro ou prejuízo do período/exercício, mas não tem efeito caixa, nem caráter definitivo.

O Capital circulante líquido consolidado em 31 de março de 2026 era negativo em R\$145.418 mil (R\$110.721 mil em 31 de dezembro de 2025). A Administração da Companhia entende que o plano de negócios, combinado com a gestão eficiente dos resultados e balanço, devem garantir sua sustentabilidade e demonstram os elementos necessários para a continuidade da operação.

2.1.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras, de cada controlada incluída na consolidação, são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

que opera) de cada controlada. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

As controladas localizadas no exterior (General Shopping Finance, GS Finance II e a GS Investments) não possuem corpo gerencial próprio, nem independência administrativa, financeira e operacional, portanto, a moeda funcional definida foi o real (R\$), que é a moeda funcional da controladora.

2.1.5. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do período/exercício em que ocorrerem.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base, sendo consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.1.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla, ou não, outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As controladas foram consolidadas integralmente incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementadas com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas e (c) receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. Em 31 de março de 2026, a Companhia não possui participação de não-controladores a ser apresentado. Os resultados das controladas (inclusive fundos de investimento imobiliário) adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos na demonstração do resultado a partir da data da efetiva aquisição

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

ou até a data da alienação, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia. A Companhia revisou as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e não identificou diferenças com aquelas adotadas no Brasil, a serem ajustadas no patrimônio líquido e no resultado do período desses investimentos antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

	% - 31/03/2026 - participação no capital	% - 31/12/2025 - participação no capital
Controladas diretas		
Levian	100%	100%
General Shopping Finance	100%	100%
GS Finance II	100%	100%
GS Investments	100%	100%
Controladas indiretas		
Alte	100%	100%
Ardan	100%	100%
ASG Administradora	100%	100%
Ast	100%	100%
Atlas	100%	100%
Babi (sem operação)	100%	100%
Bac (sem operação)	100%	100%
Bail (sem operação)	100%	100%
Bavi	100%	100%
Bot	100%	100%
Br Outlet (sem operação)	100%	100%
BR Retail	100%	100%
Brassul	100%	100%
Bud	100%	100%
Dan (sem operação)	100%	100%
Delta	100%	100%
Energy	100%	100%
FAT (sem operação)	100%	100%
FIPARK	100%	100%
GSB Administradora	100%	100%
GS Park	100%	100%
Genpag	100%	100%
Geninvest	100%	100%
Gen Plus	100%	100%
Gen Promo (nova razão social da BG Gen (sem operação))	100%	100%
Gen Biud (sem operação)	50%	50%
Ipark	100%	100%
Jauá (sem operação)	100%	100%
Loa	100%	100%
MAI (sem operação)	100%	100%
Manzanza	100%	100%
Nic	100%	100%
Palo	100%	100%
POL (sem operação)	100%	100%
Poli Shopping Administração e Serviços (sem operação)	50%	50%
Premium Outlet (sem operação)	100%	100%
Rumb	100%	100%

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

	% - 31/03/2026 - participação no capital	% - 31/12/2025 - participação no capital
Sale	100%	100%
Securis	100%	100%
Send	100%	100%
Tela	100%	100%
Tequs (sem operação)	100%	100%
Uniplaza	100%	100%
Vanti	100%	100%
Vide (encerrada em 02/03/2026)	-	100%
Vul	100%	100%
Wass	100%	100%
Zuz (sem operação)	100%	100%

2.3. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 R2 (IAS 28) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de informações contábeis da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado às mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada nas demonstrações financeiras do resultado da Controladora como resultado de equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas da Controladora.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas no mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento das informações contábeis, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

2.4. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo diretor-presidente.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, contas a pagar, bônus perpétuos, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Classificação

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados nas seguintes categorias:

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

b) Ativos financeiros pelo custo amortizado

Instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de elaboração das informações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante. Os ativos financeiros da Companhia correspondem aos

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

empréstimos às partes relacionadas, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outras contas a receber.

c) Passivos financeiros pelo custo amortizado

Representados por empréstimos e financiamentos bancários e saldos a pagar de conta corrente com partes relacionadas, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das informações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros. A Nota Explicativa n° 26 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Quando um instrumento financeiro for um derivativo listado em bolsa, seu valor justo deve ser mensurado por meio de técnicas de avaliação com base em cotações em mercado ativo, em que o preço utilizado para o cálculo do valor justo é o de fechamento de cada mês. No caso dos derivativos não listados, ou seja, via balcão, o valor justo deverá ser calculado por meio de métodos de avaliação a valor presente por desconto de fluxo de caixa futuro, também com base em informação de mercado no último dia do mês.

2.8. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução do valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução do valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Companhia e suas controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda do valor recuperável de um ativo financeiro incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

ou principal;

- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.9. Contas a receber e partes relacionadas

Registradas primeiramente pelos valores faturados, com base nos contratos de aluguéis e de serviços prestados, ajustadas pelos efeitos decorrentes do reconhecimento de receita de aluguéis de forma linear, apurada de acordo com o prazo previsto nos contratos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos.

A provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento, conforme descrito na Nota Explicativa nº4.

As despesas com a constituição da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

2.10. Propriedades para investimento

São representadas por terrenos e edifícios em shopping centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9.

As propriedades para investimento são inicialmente registradas pelo custo de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, exceto pelas propriedades em construção (“greenfields”) e terrenos para futura expansão. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

As propriedades para investimento em construção (“greenfields”) são reconhecidas pelo custo de construção até o momento em que entrem em operação ou quando a Companhia consiga mensurar com confiabilidade o valor justo do ativo.

Os custos incorridos relacionados às propriedades para investimento em utilização, como: manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

reconhecidos como custo na demonstração do resultado do período a que se refere.

As propriedades para investimento são baixadas após a alienação ou quando são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômico-futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado. Nas operações em que o investimento é realizado em regime de coemprometimento, onde a alienação de participação no projeto ocorre antes da conclusão das obras, os valores pagos pelo sócio à Companhia são mantidos no passivo como adiantamentos até a efetiva transferência dos riscos e benefícios da propriedade do bem (conclusão das obras), quando a diferença entre os valores líquidos da alienação e o valor contábil proporcional do ativo é reconhecida no resultado.

Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção, quando aplicável, são capitalizados.

2.11. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, caso apropriado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.12. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado, prospectivamente.

2.13. Redução do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida no resultado. Em 31 de março de 2026

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

e 31 de dezembro de 2025, não houve evidências efetivas que indicassem ativos não recuperáveis.

As propriedades para investimentos estão avaliadas ao seu valor justo, as variações de acordo com os laudos de avaliação são registradas em conta de resultado do período.

2.14. Outros ativos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros. São demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais, auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2.15. Outros passivos (circulante e não circulante)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

2.16. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.17. Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas

Constituída para as causas cujas probabilidades de desembolso futuro são consideradas prováveis pelos consultores jurídicos e pela administração da Companhia e de suas controladas, considerando a natureza dos processos e a experiência da administração em causas semelhantes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 18.

2.18. Custo de empréstimos - capitalização de juros

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente, relacionados à aquisição, construção ou produção de propriedades de investimento em desenvolvimento, são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização desses encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

utilização ou final de produção ou construção do ativo.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, à construção ou à produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo desses ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e presumido e foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços, 8% sobre o ajuste a valor justo e sobre a venda de propriedades para investimentos, 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Por esse motivo, essas empresas consolidadas optantes pelo lucro presumido não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, bases negativas próprias e diferenças temporárias, bem como não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais, são reconhecidos quando existe a expectativa de lucro real e base de contribuição social sobre o lucro líquido positiva, ou quando são utilizados em programas de regularização tributária. Adicionalmente, são reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto

Notas Explicativas

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026 **(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

diferido passivo for liquidado. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.20. Reconhecimento de receitas

A receita de aluguéis é reconhecida de forma linear com base no prazo dos contratos, levando em consideração o reajuste contratual e a cobrança de 13º aluguel, e a receita de serviços é reconhecida quando da efetiva prestação dos serviços.

Nossas receitas derivam principalmente das seguintes atividades:

a) Aluguel

Refere-se à locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais, como stands de venda e inclui a locação de espaços comerciais para publicidade e promoção.

b) Estacionamento

Refere-se à receita com a exploração de estacionamentos.

c) Serviços

Referem-se à receita da gestão de administração e de suprimento de energia e água dos shoppings centers.

Receitas de cessões a apropriar

As receitas de cessões de direitos de uso a lojistas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo do primeiro contrato de aluguel.

2.21. Lucro / Prejuízo básico e diluído por ação

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33), o resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período e da média ponderada das ações em circulação no respectivo período. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, uma vez que a Companhia não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

demonstrações financeiras.

2.23. Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as IFRS, requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Companhia e de suas controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras.

As estimativas devem ser determinadas com base no melhor conhecimento existente, na data de aprovação das informações contábeis, dos eventos e das transações em curso e de acordo com a experiência de eventos passados e/ou correntes.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Valor justo das propriedades para investimento

A Companhia contratou uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, em que avalia as propriedades para investimento da Companhia anualmente.

Os valores justos são baseados nos valores de mercado das suas propriedades para investimento, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. Cálculo esse baseado através de uma inspeção detalhada, incluindo análises dos históricos, situações atuais, perspectivas futuras, localizações das propriedades para investimento avaliadas além dos mercados em geral.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas informações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que a Companhia tenha diferenças temporárias tributáveis (IR e CS diferido passivo) suficientes. Esses prejuízos se referem à Companhia que apresenta histórico de prejuízos e não prescrevem.

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as avaliações patrimoniais das propriedades para investimentos são calculados pela sistemática de tributação do lucro presumido.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

2.24. Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2026:

- **Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023:** Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board - ISSB*.

A necessidade de estabelecimento de medidas para a divulgação das políticas e procedimentos adotados pelas entidades para o enfrentamento e mitigação dos impactos das mudanças climáticas, dos riscos sociais e ambientais;

CBPS 01 - Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade: *Divulgação das informações financeiras relacionadas à sustentabilidade*, determina que a entidade divulgue informações relacionadas à sustentabilidade, que sejam úteis aos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade.

CBPS 02 - Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade: *Divulgações relacionadas ao clima*, tem por objetivo a divulgação das informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, que sejam relevantes aos principais usuários dos relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade.

Fica estabelecida, para as companhias abertas, a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade,

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

com base nas normas do ISSB, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026 e em caráter voluntário a partir de 1º de janeiro de 2024.

Resolução CVM Nº 236 - Enquadramento na condição de Companhia de menor porte: Companhias com receita bruta anual consolidada inferior a R\$500.000.000,00, facilita ao acesso a Capital e de Incentivos a Listagens - FÁCIL, no âmbito do mercado de capitais, enquadrando como Companhia de menor porte, podendo usufruir da possibilidade de dispensa de obrigações regulatórias.

- **O IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras:** Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027, irá substituir o CPC 26, considerando as principais alterações:

Nova estrutura para a demonstração do resultado, permitindo ao usuário melhor entendimento das informações nas demonstrações financeiras. A estrutura será composta pelas categorias operacional, investimento e financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. O lucro líquido não sofrerá alteração em relação ao CPC 26.

A Administração poderá definir medidas para monitoramento do desempenho da Companhia (MPM - management-defined performance measures).

A demonstração do fluxo de caixa - DFC pelo método indireto, terá como ponto de partida o lucro ou prejuízo operacional.

A companhia está avaliando os efeitos nas suas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e bancos				
Em reais				
Caixa	16	16	23	23
Bancos	142	10	1.006	1.344
Em dólar norte-americano				
Bancos (a)	-	-	107	152
	158	26	1.136	1.519
Aplicações financeiras				
Em reais				
CDB (b)	-	-	37.891	47.576
Compromissada (b)	-	-	3.088	5.681
Conta remunerada	26	36	803	3.014
Fundo de investimento exclusivo (c)				
Caixa	-	-	22	33
Fundo de Investimento	-	-	2.515	14.204
LFT	-	-	110	2.197
Compromissada	-	-	3.020	5.135
Total de Aplicações financeiras	26	36	47.449	77.840
Total de caixa e equivalentes de caixa	184	62	48.585	79.359
Aplicações Financeiras não circulantes	-	-	-	-
Total de Aplicações Financeiras	-	-	-	-

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

- (a) Em 31 de Março de 2026, o total do saldo de caixa e bancos é de R\$ 1.135 (consolidado), sendo o montante de R\$ 107 depositado em conta corrente no exterior e é indexado ao dólar norte-americano. Em 31 de Dezembro de 2025, do total do saldo de R\$ 1.519 (consolidado), o montante de R\$ 152 estava depositado em conta corrente no exterior e era indexado ao dólar norte-americano;
- (b) Recursos aplicados em CDBs (Certificados Depósitos Bancários) e Compromissadas nos bancos Santander e Itaú com rendimento em média 96,32% do CDI;
- (c) Em 31 de Março de 2026, a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo - PADELA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ 15.198.855/0001-46 e PRETOR FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CNPJ 41.215.295/0001-09 é composta substancialmente por títulos emitidos por instituições financeiras no Brasil e títulos públicos federais de alta liquidez, registrados por seus valores de realização, que remuneram em média 102,14% do CDI. Esse fundo não possui obrigações significativas com terceiros, estando essas limitadas às taxas de administração de ativos e outros serviços inerentes às operações de fundos;

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são investimentos com prazo de resgate inferior a 90 dias, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

4. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Aluguéis a receber e outros	76.474	82.941
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(50.517)	(50.389)
Total	25.957	32.552
Circulante	25.957	32.552
Não circulante	-	-

As contas a receber de clientes são apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos, variações monetárias auferidas e efeitos decorrentes da linearização da receita, calculados “pro rata dia” até a data do balanço. Esses valores nominais correspondem aproximadamente aos respectivos valores presentes pelo fato de serem realizáveis em curto prazo.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor contábil das contas a receber mencionadas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das modalidades de cobrança (aluguéis, serviços e outros), considerando a média histórica de perdas, o acompanhamento periódico da Administração, no que

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

tange à situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limite de crédito, a análise dos créditos vencidos há mais de 180 dias e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor, entre outros. A carteira de clientes que não foi provisionada refere-se a clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou que estes seriam não realizáveis.

A Companhia considera para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses de custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção, multiplicados por 12); as garantias aceitas (imóvel, carta de fiança, seguro etc.); a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios, fiadores e caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os períodos findos em 31 de Março de 2026 e de 31 de Dezembro de 2025 é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	(50.389)	(52.572)
Créditos (provisionados) revertidos no período	(128)	2.183
Saldo no final do período	(50.517)	(50.389)

A composição das contas a receber faturadas por período de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	12.721	17.020
Vencidas		
Até 30 dias	5.376	5.732
De 31 a 60 dias	536	708
De 61 a 90 dias	537	814
De 91 a 180 dias	1.073	2.464
Acima de 180 dias	56.231	56.203
	63.753	65.921
Total	76.474	82.941

Em 31 de Março de 2026, o montante de R\$ 5.714 das contas a receber de clientes (R\$ 5.814 em 31 de Dezembro 2025) encontra-se vencido há mais de 180 dias, mas não provisionado. A Companhia entende que os demais valores vencidos estão devidamente negociados com os clientes e não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores são considerados recuperáveis.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	-	-	324	375
IRRF a recuperar	-	-	2	2
Imposto Sobre Serviços (ISS)	-	-	22	39
PIS e COFINS a recuperar	-	-	306	251
Imposto de renda - antecipações	-	-	12.624	12.238
Contribuição social - antecipações	-	-	905	905
Outros impostos a recuperar	-	-	12	12
Total	-	-	14.195	13.822
Circulante	-	-	14.195	13.822

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Rescisões contratuais a receber	-	-	4.529	4.529
Valores a receber na operação com propriedades com investimentos	-	-	2.662	2.662
Despesas de seguros a apropriar	352	477	1.160	687
Adiantamento a fornecedores	294	290	2.093	1.749
Adiantamento de benefícios trabalhistas	-	15	7	37
Despesas a apropriar	963	147	1.729	436
Valores a receber de outros empreendimentos	273	273	28.289	30.939
Comissões a apropriar	-	-	812	812
Dividendos a receber	-	-	-	-
Outras contas a receber	457	246	1.836	1.883
Total	2.339	1.448	43.117	43.734
Ativo circulante	2.053	1.162	33.487	34.104
Ativo não circulante	286	286	9.630	9.630

7. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com partes relacionadas

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas, as controladas e os condomínios civis realizam operações comerciais e financeiras entre si, que incluem: (i) prestação de serviços de consultoria e assistência operacional relacionados ao fornecimento de água e energia e às instalações elétricas; (ii) administração de shopping centers; (iii) administração de estacionamentos de shopping centers; (iv) contratos de locação comercial e (v) acordos e deliberações tomados no âmbito de convenções de condomínios.

Em linhas gerais, todos os termos e condições dos contratos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada à Companhia, exceto em relação ao saldo de conta corrente sobre o qual não incidem encargos financeiros.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

A Administração negocia contratos com partes relacionadas individualmente, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores, atendimento de padrões de qualidade, fazendo, assim, com que a contratação de parte relacionada reflita a opção que melhor atende aos interesses da Companhia em relação aos prazos, valores e condições de qualidade, quando comparados com outros contratantes similares.

Os saldos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, na controladora, são apresentados a seguir:

	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
Ativo		
Outros (a)	622	622
Total	622	622

	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
Passivo		
Levian (a)	1.999	1.970
General Shopping Administração e serviços Ltda. (a)	66.247	59.805
Vanti Administradora e Incorporadora S.A. (a)	378	378
Total	68.624	62.153

Os saldos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, no consolidado, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Passivo		
Condomínios (b)	12.824	14.894
Passivo não circulante	12.824	14.894

(a) As operações com partes relacionadas não incidem encargos financeiros e não há prazo definido para pagamento.

(b) Vencimento superior a 12 meses.

b) Remuneração dos administradores

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, foram pagos aos administradores da Companhia benefícios de curto prazo (ordenados, salários e assistência médica) de R\$ 891 e R\$ 918, respectivamente, conforme descrito a seguir:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Pró-labore	771	786
Benefícios	120	132
Total	891	918

A Companhia pagou contribuições para a seguridade social sobre a remuneração dos administradores no primeiro trimestre de 2025 e de 2024 no valor de R\$156 e R\$154 respectivamente.

Não foi pago nenhum valor a título de: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios por invalidez de longo prazo) e (iii) remuneração com base em ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 30 de abril de 2026, foi aprovada a remuneração global de R\$ 4.500 para o exercício de 2026 (R\$ 13.330 para o exercício de 2025).

8. INVESTIMENTOS

	% - Participação	Quantidade de ações/quotas detidas	Capital social	Lucro (Prejuízo) do período	Patrimônio líquido	Resultado da equivalência patrimonial	Saldos dos Investimentos	
							31/03/2026	31/12/2025
Levian	58,31 (*)	596.479.971	596.480	(333.974)	160.461	(194.740)	93.565	288.305
			596.480	(333.974)	160.461	(194.740)	93.565	288.305
Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas								
General Shopping								
Finance	100	50.000	81	(123.916)	(719.431)	(123.916)	(719.431)	(595.515)
GS Investments	100	50.000	-	43.318	(1.088.566)	43.318	(1.088.566)	(1.131.884)
GS Finance II	100	50.000	81	(2)	(936)	(2)	(936)	(934)
			162	(80.600)	(1.807.999)	(80.600)	(1.808.933)	(1.728.333)
Saldo líquido			596.642	(414.574)	(1.647.538)	(275.340)	(1.715.368)	(1.440.028)

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

	% - Participação	Quantidade de ações/ quotas detidas	Capital social	Lucro/ (prejuízo) do período	Patrimônio líquido
Controladas indiretas - Levian					
Atlas	100%	3.816.399	3.816	60.702	(81.379)
Bac	100%	14.644.090	14.644	-	26
Babi	100%	10.000	10	-	6
BG Gen	100%	10.000	10	-	(12)
BR Outlet	100%	10.000	10	-	(65)
Bud	100%	8.861.000	8.861	(956)	21.416
Dan	100%	10.000	10	-	(41)
Delta	100%	44.936.902	44.937	(8.922)	1.894
Fipark	100%	10.000	10	(4.601)	3.051
Jauá	100%	10.000	10	-	16
Loa	100%	49.940.784	49.941	(1.084)	55.882
Mai	100%	1.409.558	1.410	(5)	1.471
Palo	100%	15.804.778	15.804	(1.080)	38.582
Poli Adm.	50%	100.000	10	(2)	(24)
Premium Outlet	100%	10.000	10	-	(12)
Securis	29,1%	245.555.912	245.556	1.973	204.349
Send	100%	288.999.513	289.000	(22.645)	337.353
Uniplaza	100%	9.215.243	9.215	(3.317)	(937)
Vanti	100%	485.238.285	485.238	(33.372)	12.651
Vul	100%	432.945.984	432.946	692	176.357
Zuz	100%	58.139.780	58.140	-	58.162

	% - Participação	Quantidade de ações/ quotas detidas	Capital social	Lucro/ (prejuízo) do período	Patrimônio Líquido
Controladas indiretas - Atlas					
Alte	100%	1.582.400	1.582	(2)	(321)
ASG Administradora	100%	20.000	20	(30)	422
Ast	100%	1.497.196	1.497	(3.087)	8.694
BR Brasil Retail	100%	12.407.100	12.407	(1.026)	(14.832)
Energy	100%	10.000	10	(20.614)	66.104
GS Park	100%	10.000	10	(5.543)	3.269
GSB Administradora	100%	1.906.070	1.906.070	(24.373)	8.718
Genpag	100%	2.544	20.612	(638)	(5.657)
Geninvest	100%	1.383	14.284	(797)	(10.839)
Gen Plus	100%	1.352.00	1.352	(159)	(1.099)
Ipark	100%	3.466.160	3.466	(2.865)	3.892
Nic	100%	21.746.684	21.747	(2.397)	23.548
Wass	100%	10.000	10	(3.159)	23.210

	% - Participação	Quantidade de ações/ quotas detidas	Capital social	Lucro/ (prejuízo) do período	Patrimônio Líquido
Controladas indiretas - GS Investment					
Ardan	100%	10.000	10	(26)	280
Bail	100%	10.000	10	-	483
Bavi	100%	7.287.780	7.288	(208)	35.087
Bot	100%	51.331.650	51.332	(400)	48.791
Brassul	100%	25.630.617	25.631	(2.674)	34.024
FAT	100%	10.718.400	10.718	-	89
Manzanza	100%	56.114.223	56.114	(400)	50.613
POL	100%	10.749.724	10.750	16	3.440
Rumb	100%	1.241.000	1.241	-	543
Sale	100%	14.702.069	14.702	2.638	34.010
Securis	70,9%	245.555.912	245.578	1.973	204.349
Tela	100%	162.506.000	162.496	(16.302)	239.156
Tequs	100%	10.000	10	-	(2)

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

A movimentação para o período findo em 31 de março de 2026 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.440.028)
Resultado de equivalência patrimonial	(27.340)
Saldo em 31 de março de 2026	(1.715.368)

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	Consolidado		
	Em operação	Projetos "Greenfields" em construção (i)	Total
Saldo em 31/12/2024	814.021	77.558	891.579
Aquisição / Adições / Transferência p/ Operações (ii)	8.463	(925)	7.538
Alienação (iii)	(8.500)	-	(8.500)
Ajuste a valor justo (i)	(81.140)	-	(81.140)
Saldo em 31/12/2025	732.844	76.633	809.477
Aquisição / Adições / Transferência p/ Operações	306	1.000	1.306
Saldo em 31/03/2026	733.150	77.633	810.783

- (i) Ajuste a valor justo reconhecido no resultado do período/exercício;
- (ii) Construção em andamento do Outlet Premium Imigrantes e ampliação do Outlet Premium São Paulo;
- (iii) Alienação do Poli Shopping Guarulhos.

Propriedades para investimento dadas em garantia de empréstimos estão descritas nas Notas Explicativas nº 12 e 13.

Avaliação a valor justo

O valor justo de cada propriedade para investimento em operação foi determinado por meio de avaliação efetuada por uma entidade especializada independente (CB Richard Ellis).

A metodologia adotada para avaliação dessas propriedades para investimento a valor justo é a preceituada pelo The Royal Institution of Chartered Surveyors (R.I.C.S.), da Grã-Bretanha, e pelo Appraisal Institute, dos Estados Unidos, os quais são internacionalmente utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises.

Todos os cálculos baseiam-se na análise das qualificações físicas da propriedade em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor do empreendimento.

Para as avaliações, realizadas em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados fluxos de caixa de 10 anos, desconsiderando a inflação que possa vir a existir nesse período. A taxa média ponderada de desconto aplicada ao fluxo de caixa foi de 10,1% e a taxa média de capitalização (perpetuidade) adotada no 10º ano do fluxo foi de 9%.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

10. IMOBILIZADO

	% - Taxa de depreciação	Controladora					
		31/03/2026			31/12/2025		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	2 a 4	587	(388)	199	587	(382)	205
Móveis e utensílios	8 a 15	540	(501)	39	540	(497)	43
Máquinas e equipamentos	8 a 15	1.579	(1.297)	282	1.575	(1.291)	284
Computadores e Periféricos	15 a 25	2.897	(2.262)	635	2.858	(2.197)	661
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	8 a 15	758	(758)	-	758	(758)	-
Total		6.361	(5.206)	1.155	6.318	(5.125)	1.193

	% - Taxa de depreciação	Consolidado					
		31/03/2026			31/12/2025		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	2 a 4	1.683	(1.399)	284	1.683	(1.393)	290
Móveis e Utensílios	8 a 15	9.179	(7.813)	1.366	9.149	(7.767)	1.382
Máquinas e equipamentos	8 a 15	28.968	(2.963)	26.005	27.599	(2.870)	24.729
Veículos	15 a 25	164	(164)	-	164	(164)	-
Computadores e periféricos	8 a 15	4.622	(3.912)	710	4.580	(3.820)	760
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8 a 15	8.062	(7.124)	938	8.062	(7.124)	938
Adiantamento a fornecedores		1.346	-	1.346	1.346	-	1.346
Total		54.024	(23.375)	30.649	52.583	(23.138)	29.445

Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstrado a seguir, para o período findo em 31 de março de 2026:

	Controladora					
	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/03/2026
Edificações	205	-	-	-	(6)	199
Móveis e utensílios	43	-	-	-	(4)	39
Máquinas e equipamentos	284	4	-	-	(6)	282
Computadores e periféricos	661	39	-	-	(65)	635
Total	1.193	43	-	-	(81)	1.155

	Consolidado					
	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/03/2026
Edificações	290	-	-	-	(6)	284
Móveis e utensílios	1.382	30	-	-	(46)	1.366
Máquinas, aparelhos e Equipamentos	24.729	1.369	-	-	(93)	26.005
Veículos	-	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	760	42	-	-	(92)	710
Benfeitorias em imóveis de terceiros	938	-	-	-	-	938
Adiantamento a fornecedores	1.346	-	-	-	-	1.346
Total	29.445	1.441	-	-	(237)	30.649

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

11. INTANGÍVEL

	% - Taxa de amortização	Controladora					
		31/03/2026			31/12/2025		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	-	467	-	467	467	-	467
Vida útil definida							
Softwares	20	19.946	(19.317)	629	19.941	(19.276)	665
Total		20.413	(19.317)	1.096	20.408	(19.276)	1.132

	% - Taxa de amortização	Consolidado		
		31/03/2026		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Vida útil indefinida				
Marcas e patentes	-	7.159		7.159
Vida útil definida				
Softwares	20	51.627	(27.197)	24.430
Direito de uso - Shopp Suzano (a)	1,67	4.505	(1.024)	3.481
Direito renovação de contratos (b)	10	7.970	(7.970)	-
Total		71.261	(36.191)	35.070

	% - Taxa de amortização	Consolidado		
		31/12/2025		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Vida útil indefinida				
Marcas e patentes	-	7.002	-	7.002
Vida útil definida				
Softwares	20	51.059	(26.565)	24.494
Direito de uso - Shopp Suzano (a)	1,67	4.505	(1.005)	3.500
Direito renovação de contratos (b)	10	7.970	(7.970)	-
Total		70.536	(35.540)	34.996

(a) Em 30 de julho de 2012, a Companhia assumiu o compromisso de pagar à Prefeitura Municipal de Suzano a quantia de R\$ 4.505, pelo direito real de uso com encargos de uma área com metragem total de 11.925,71 m² no Município de Suzano/ SP, para instalação de centros comerciais. O referido direito possui prazo de 60 anos e é amortizado nesse período de forma linear;

(b) Através de laudo de avaliação foi identificado como ativo intangível com vida útil definida, decorrente da aquisição de 100% das cotas da SB Bonsucesso Administradora de Shoppings S.A. o direito de renovação dos contratos (gestão de contratos), que se refere à renovação automática dos contratos de locação

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

dos inquilinos do Shopping Bonsucesso. O método utilizado foi de fluxo de caixa descontado com prazo de vida útil em 10 anos.

A movimentação do intangível para o período findo em 31 de Março de 2026 é como segue:

	Controladora						
	Prazo de vida útil	Método de Amortização	31/12/2025	Adições	Amortização	Baixa	31/03/2026
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	-	-	467	-	-	-	467
Vida útil definida							
Softwares	5 anos	Linear	665	5	(41)	-	629
Total			1.132	5	(41)	-	1.096

	Consolidado						
	Prazo de vida útil	Método de Amortização	31/12/2025	Adições	Amortização	Baixa	31/03/2026
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	-	-	7.002	157	-	-	7.159
Vida útil definida							
Softwares	5 anos	Linear	24.494	568	(632)	-	24.430
Direito de uso do Shopping Suzano	60 anos	Linear	3.500	-	(19)	-	3.481
Total			34.996	725	(651)	-	35.070

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	% - Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	Consolidado	
				31/03/2026	31/12/2025
Empréstimos e financiamentos					
Títulos de crédito perpétuo (a)	U\$	10%	-	518.661	546.784
Títulos de crédito perpétuo (b)	U\$	13%	-	1.515.069	1.574.115
Bônus de dívida (b)	U\$	10%/12%	2026	47.220	51.007
Banco Itaú BBA (d)	R\$	9,7%+TR	2032	54.382	55.948
Banco Nordeste do Brasil (c)	R\$	3,53%	2025	-	-
Total				2.135.332	2.227.854
Passivo circulante				64.117	68.339
Passivo não circulante				2.071.215	2.159.515

(a) Em 09 de novembro de 2010, a controlada General Shopping Finance captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominados “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), o montante de US\$ 200.000, correspondente a R\$ 339.400, na data da captação.

Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com pagamentos trimestrais de juros à taxa de 10% ao ano. A General Shopping Finance tem a opção de recompra dos títulos a partir de 09 de novembro de 2015. De acordo

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

com o prospecto de emissão de títulos perpétuos, os recursos captados são destinados à liquidação antecipada dos CCI e ao investimento em “greenfields” e expansões. Como garantia à operação, foram dados avais de todas as subsidiárias, exceto da GSB Administradora, da ASG Administradora e do FII Top Center. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 11.483, e o custo efetivo da operação foi de 10,28%.

Em 19 de abril de 2011, a controlada General Shopping Finance captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominado “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), o montante de US\$ 50.000, correspondente a R\$ 78.960, na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com pagamentos trimestrais de juros à taxa de 10% ao ano. A General Shopping Finance tem a opção de recompra dos títulos a partir de 09 de novembro de 2015. Como garantia à operação, foram dados avais de todas as subsidiárias, exceto da GSB Administradora, da ASG Administradora e do FII Top Center. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 758, e o custo efetivo da operação foi de 10,28%.

Em 27 de outubro de 2015, foi realizada a recompra de parte dos cupons do “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), no valor de US\$ 85.839, correspondente a R\$ 335.750 na data da recompra.

Em 8 de agosto de 2018, foi realizada a recompra de parte dos cupons do “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), no valor de US\$ 48.297, correspondente a R\$ 181.206 na data da recompra.

Em 3 de fevereiro de 2022, foi realizada a recompra de parte dos cupons do “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), no valor de US\$ 18.286, correspondente a R\$ 96.962 na data da recompra.

- (b) Em 20 de março de 2012, a controlada GS Investments Limited captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominado “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), o montante de US\$ 150.000, correspondente a R\$ 271.530 na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com juros de 12% ao ano pagos semestralmente até o 5º ano da data de emissão, após o 5º ano até o 10º ano da data de emissão, 5 Year US Treasury mais 11,052 % ao ano, pagos semestralmente, e do 10º ano em diante, USD LIBOR de três meses mais 10,808 % e 1%, pagos trimestralmente. A emissora poderá diferir os juros indefinidamente e sobre os valores diferidos incidirão juros à taxa aplicável indicada anteriormente, acrescidos de 1% ao ano. A GS Investments Limited poderá resgatar os títulos a seu critério, total ou parcialmente, no 5º ano contado da data de emissão, no 10º ano contado da data de emissão e em cada data de pagamento de juros após essa data. Os títulos terão garantia os avais da General Shopping e das seguintes subsidiárias: General Shopping do Brasil S.A., Ast Administradora e Incorporadora Ltda., BOT Administradora e Incorporadora Ltda., BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda., Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., Bud Administradora e Incorporadora Ltda., Cly Administradora e Incorporadora Ltda (incorporada na Levian), Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda., Intesp Shopping Administradora e Incorporadora Ltda (incorporada na

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Securis), I Park Estacionamentos Ltda., Levian Participações e Empreendimentos S.A., Lux Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (Incorporada na Levian), MAI Administradora e Incorporadora Ltda., Manzanza Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda., Pol Administradora e Incorporadora Ltda., Poli Shopping Center Empreendimentos Ltda., (incorporada na Levian), PP Administradora e Incorporadora Ltda (incorporada na Securis)., Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda., Sale Empreendimentos e Participações Ltda., Securis Administradora e Incorporadora S.A., Send Empreendimentos e Participações Ltda., Sulishopping Empreendimentos Ltda (incorporada na Securis)., Uniplaza Empreendimentos, Participações e Administração de Centros de Compra Ltda., Vide Serviços e Participações Ltda., Vul Administradora e Incorporadora Ltda., e Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 12.581.

Não existem “covenants” financeiros nas operações de emissão de bônus perpétuos. Os “covenants” definidos referem-se à: (i) limitação de gravames aos ativos (exceto os gravames permitidos, incluindo os financiamentos BNDES, os refinanciamentos de operações existentes e certas securitizações, entre outros), devendo manter a proporção de ativos não gravados/ dívida não securitizada em condições “pari pasu” as condições dadas a ativos gravados/ dívida securitizada; (ii) limitação das operações de venda e “lease-back” aos ativos atuais com prazo superior a três anos, nas mesmas condições de (i) anterior e (iii) limitação de transações com afiliadas, incorporação, fusão ou transferência de ativos.

Em 10 de Agosto de 2016, foi liquidado no âmbito de oferta de permuta o valor de US\$ 34.413 mil. Para tal operação, foram emitidos novos Bonds Perpétuos de dívida sênior no valor de US 8.923 mil com garantia e vencimento em 2026 (10%/12% Senior Secured PIK Toggle Notes due 2016) e 34.413 Global Depositary Share (GDS) como lastro de ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 73 ações ordinárias para cada 1 GDS, totalizando 2.512.149 ações ordinárias. Os Bonds Perpétuos que foram permutados no âmbito da Oferta de Permuta foram cancelados;

- (c) A controlada Vanti recebida como parte da liquidação das debêntures, mantinha como empréstimo captação de recursos por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) do Banco do Nordeste do Brasil S.A, foi liberado em 13 de novembro de 2013 o valor de R\$ 15.344, em 30 de dezembro de 2013 foi liberado o valor de R\$ 7.942 e em 19 de agosto de 2016 foi liberado o valor de R\$ 1.910, totalizando o montante de R\$ 25.196 à taxa de 3,53% de juros ao ano. O prazo do contrato é de 139 meses.
- (d) Em 21 de março de 2023, foram liberados R\$ 70.000 para a empresa Loa Administradora e Incorporadora Ltda. captados por meio de operação debêntures, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, esta operação foi efetuada pelo Banco Itaú BBA S.A, a taxa de 9,70% a.a + TR e tem prazo de 118 meses, sendo 10 meses de carência e 108 meses de amortização.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Os contratos não preveem a manutenção de indicadores financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros etc.).

A composição das parcelas em 31 de março de 2026, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	Consolidado
Ano	
2026	62.230
2027	7.576
2028	7.778
2029	8.006
2030	8.225
2031 em diante (*)	2.041.517
	2.135.332

* Por não ter data de vencimento, as captações por meio de emissão de bônus perpétuos foram classificadas como dívida a vencer de 2031 em diante.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período findo em 31 de março de 2026 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	2.227.854
Amortização do custo de captação	84
Pagamentos - principal	(1.912)
Pagamentos - juros	(16.529)
Variação cambial	(111.192)
Encargos financeiros	37.027
Saldo em 31 de março de 2026	2.135.332

Encargos financeiros e custos de transação

Os encargos financeiros e custos de transação dos empréstimos e financiamentos são capitalizados e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo do instrumento contratado, pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

13. CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO (CCI)

	Moeda	% - Taxa	Vencimento	Consolidado	
				31/03/2026	31/12/2025
Empresas controladas					
Levian (a)	R\$	9,7% + TR	2026	14.381	21.221
Vanti (b)	R\$	8,36% + IPCA	2027	10.337	13.205
Loa (c)	R\$	8,35% + IPCA	2032	26.521	26.801
Bavi (d)	R\$	8,35% + IPCA	2032	35.357	35.724
				86.596	96.951
Passivo circulante				32.121	40.477
Passivo não circulante				54.475	56.474

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

- (a) Em 26 de março de 2014, a controlada Eler Administradora e Incorporadora Ltda (incorporada na Levian em 2018), efetuou captação de recursos por meio da emissão de CCI, para a securitização dos recebíveis de aluguéis do imóvel onde está localizado o Internacional Guarulhos Shopping Center. O valor total das CCIs emitidas é de R\$ 275.000. O montante captado será pago em 144 parcelas mensais, acrescidas de juros de 9,7% ao ano e da atualização anual da Taxa Referencial (TR). Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária do imóvel, com valor contábil de R\$ 201.829; (ii) cessões fiduciárias dos créditos decorrentes do contrato e (iii) alienação fiduciária de ações e cotas da subsidiárias Nova União e Eler. Os custos de captação de R\$ 10.706 das CCIs foram deduzidos do principal e estão sendo amortizados em 144 parcelas de forma linear. Em 01 de agosto de 2014 o Itaú Unibanco cedeu as CCIs para a Ápice Securitizadora. Em 08 de Outubro de 2018 essa operação foi parcialmente liquidada no valor de R\$ 150.000. Em 31 de setembro de 2018 essa operação tinha uma garantia adicional, depositada em conta vinculada, resgatada em 20 de março de 2020.
- (b) A controlada Vanti recebida como parte da liquidação das debêntures, mantinha captação de recursos em 13 de janeiro de 2015, contratada pela a controlada e incorporada Ers Administradora e Incorporadora Ltda., por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Ápice Securitizadora, realizou a captação de R\$ 75.000, com taxa de 10% ao ano + TR. Esta operação tem prazo de 145 meses.
- (c) Em 21 de dezembro de 2022, a controlada Loa emitiu 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, no valor total de R\$ 30.000, a Securitizadora subscreveu e integralizará a totalidade das Debêntures Privadas Loa, passando a ser titular dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures Privadas Loa, com taxa de 8,3467% + IPCA, foram liberados R\$ 4.286, no dia 13/06/2023, data da integralização, o preço de integralização correspondeu ao Valor Nominal Unitário dos CRI, após a primeira Data de Integralização, o preço de integralização corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração dos CRI, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou desde a última Data de Pagamento até a data da efetiva integralização dos CRI, nos termos deste Termo de Securitização, até a data do dia 31/12/2023, foi liberado o valor total.
- (d) Em 21 de dezembro de 2022, a controlada Bavi emitiu 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, no valor total de R\$ 40.000, a Securitizadora subscreveu e integralizará a totalidade das Debêntures Privadas Bavi, passando a ser titular dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures Privadas Bavi, com taxa de 8,3572% + IPCA, foram liberados R\$ 5.714, no dia 13/06/2023, data da integralização, o preço de integralização correspondeu ao Valor Nominal Unitário dos CRI, após a primeira Data de Integralização, o preço de integralização corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração dos CRI, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Integralização ou desde a última Data de Pagamento até a data da efetiva integralização dos CRI, nos termos deste Termo de Securitização, até a data do dia 31/12/2023, foi liberado o valor total.

Os contratos não preveem a manutenção de indicadores financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros etc.).

A composição da parcela em 31 de março de 2026, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	Consolidado
2026	29.187
2027	8.575
2028	8.122
2029	8.864
2030	9.613
2031 em diante	22.235
Total	86.596

A movimentação das CCIs para o período findo em 31 de março de 2026 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025	96.951
Amortização do custo de captação	222
Pagamentos - principal	(11.778)
Pagamentos - juros	(2.005)
Encargos financeiros	3.206
Saldos em 31 de março de 2026	86.596

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Repasso luvas e aluguéis - sócios	-	-	3.641	3.564
Repasso para condomínios	-	-	142	140
Adiantamento de clientes	-	-	1.676	2.334
Outros	129	131	858	801
Total	129	131	6.317	6.839
Passivo circulante	129	131	4.926	4.850
Passivo não circulante	-	-	1.391	1.989

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

15. IMPOSTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
PIS e COFINS	-	-	3.988	4.193
INSS	-	-	16	23
ISS	-	-	7.783	7.937
IPTU	-	-	1.328	1.373
ITBI	-	-	5.314	5.328
Imposto de renda e contribuição social	895	914	52.955	59.772
Total	895	914	71.384	78.626
Passivo circulante	313	285	44.066	37.450
Passivo não circulante	582	629	27.318	41.176

A Companhia em 2009 e 2014 ingressou no parcelamento de débitos tributários, em consonância com as Leis nº 11.941/2009 (REFIS), Lei nº 12.996/2014 (REFIS) e no parcelamento simplificado de débitos tributários.

A estimativa da Administração é de que o saldo de 31 de dezembro de 2025 dos referidos parcelamentos REFIS e simplificado sejam liquidados nos prazos de 180 e 60 meses, respectivamente, utilizando o número de parcelas fixas, sendo estas atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Em 2023 e setembro de 2025 a Companhia aderiu ao parcelamento denominado “Termo de Transação”, junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos do art. 151, VI, do CTN e previsão do art. 3º, parágrafo 2º da Lei 13.988/2020.

De acordo com os artigos 35 a 39 da Portaria PGFN nº 6.757/2022 foi utilizado o crédito decorrente do Prejuízo Fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL, limitado a 64% do saldo da dívida após a aplicação dos descontos.

A permanência nos programas de parcelamentos depende do adimplemento dos pagamentos dos tributos federais e previdenciários correntes e dos parcelamentos. A inadimplência poderá gerar a exclusão dos programas de pagamentos.

A movimentação dos débitos para o período findo em 31 de março de 2026, estimados pela Companhia, relativos aos impostos parcelados, contemplando o montante do principal acrescido de juros e multa no período, é como segue:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Saldos em 31 de dezembro de 2024	75.563
Novos Parcelamentos	37.932
Pagamento - principal	(20.457)
Pagamentos - juros	(5.002)
Encargos financeiros	9.865
Baixa de Parcelamentos	(19.275)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	78.626
Pagamento - principal	(5.888)
Pagamentos - juros	(3.664)
Encargos financeiros	2.310
Saldos em 31 de março de 2026	71.384

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social	9.068	9.068	62.287	59.022
PIS e COFINS	2	2	36.461	34.500
ISS	-	-	570	738
Outros impostos e taxas	1.211	1.358	8.666	8.968
Total	10.281	10.428	107.984	103.228

17. RECEITAS DE CESSÕES A APROPRIAR

A Companhia controla no passivo as receitas de cessões a apropriar.

As receitas de cessões de direitos de uso a lojistas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo do primeiro contrato de aluguel.

A movimentação dos contratos e reconhecimento da receita em 31 de março de 2026 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.941
Novos contratos	149
Reconhecimento da receita	(433)
Saldo em 31 de março de 2026	1.657
Passivo circulante	47
Passivo não circulante	1.610

18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTUÁRIOS

Para todas as questões que estão sendo contestadas, é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Não há depósitos judiciais vinculados a essas provisões. A composição das provisões é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis (a)	-	-	4.110	4.110
Tributários (b)	1.937	-	357.670	-
Trabalhistas	78	78	1.041	1.041
Total	2.015	78	362.821	5.151

(a) Referem-se aos processos por danos materiais e morais, ações renovatórias de contratos de locação, ações de cobrança e ações de rescisão contratual;

(b) Contingências de perda dos descontos obtidos em acordos fiscais;

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui, ainda, outras ações em andamento de aproximadamente R\$ 83.926 (R\$ 86.749 em 31 de dezembro de 2025), cujas probabilidades de perda foram classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos externos e para as quais nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras. Periodicamente, as ações são reavaliadas e as provisões são complementadas, quando necessário em conformidade com as exigências de divulgações requeridas pelas normas contábeis.

A movimentação da provisão para riscos para o período findo em 31 de março de 2026 é como segue:

	Consolidado		
	31/12/2025	Inclusão/(exclusão)	31/03/2026
Cíveis	4.110	-	4.110
Tributários	-	357.670	357.670
Trabalhistas	1.041	-	1.041
Total	5.151	357.670	362.821

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2026 é de R\$385.064, representado por 1.928.769 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

	31/03/2026	31/12/2025
Acionistas B3	1.875.258	1.875.251
General Shopping e Outlets do Brasil S.A.	53.431	53.431
Conselheiros	80	80
Diretores	-	7
Total de ações	1.928.769	1.928.769
Ações em tesouraria	(53.431)	(53.431)
Total de ações em circulação	1.875.338	1.875.338

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, funcionários ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

Conforme AGE de 11 de dezembro de 2019 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia (incluindo as ações que lastreiam os títulos emitidos pela General Shopping no âmbito do seu programa patrocinado de certificados de depósito de ações), à razão de 36 (trinta e seis) ações para 1 (uma) ação, de modo que cada lote de 36 (trinta e seis) ações seja grupado em uma única ação, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. (“Grupamento”). Em decorrência do Grupamento, o número de ações em que se divide o capital social da Companhia foi alterado de 69.435.699 (sessenta e nove milhões, quatrocentas e trinta e cinco mil, seiscentas e noventa e nove) para 1.928.769 (um milhão, novecentas e vinte e oito mil setecentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou, em 23 de janeiro de 2020, a modificação das condições do programa patrocinado de certificados de depósito de ações de emissão da Companhia (“GDS”), de modo a refletir: (i) a correta razão social da General Shopping; e (ii) o Grupamento, passando o número de ações representadas por cada GDS das atuais 73 (setenta e três) ações ordinárias para cada 1 (um) GDS para 2 (duas) ações ordinárias para cada 1 (um) GDS.

Em função desta alteração, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passou a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$389.625, dividido em 1.928.769 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal”.

Reserva de capital

Ágio na emissão de ações: Variação do valor nominal das ações emitidas por ocasião da permuta dos bônus perpétuos, face ao seu valor efetivo na data da operação.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Cálculo do lucro / prejuízo por ação básico

	31/03/2026	31/12/2025
Numerador básico		
Resultado do exercício	(282.840)	22.170
Denominador		
Média ponderada de ações - básica	1.875	1.875
Lucro (Prejuízo) básico por ação em (R\$)	(150,82)	11,82

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE ALUGUEL E SERVIÇOS

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional bruta		
Aluguel	15.402	16.065
Serviços	37.518	33.396
	52.920	49.461
Deduções		
Impostos sobre aluguéis e serviços	(5.234)	(3.867)
Descontos e abatimentos	(990)	(798)
Receita Operacional líquida de aluguel, serviços e outros	46.696	44.796

21. CUSTO DOS ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Custo de pessoal	(1.361)	(1.229)
Custo de depreciações	(181)	(189)
Custo de ocupação	(9.539)	(9.300)
Custo de serviços de terceiros	(4.567)	(4.290)
Total	(15.648)	(15.008)

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
IPTU	(30)	(35)	(212)	(135)
Comercialização	-	-	(2.060)	(1.046)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(127)	-
Publicidade e propaganda	(32)	(29)	(926)	(983)
Conservação de instalações	-	-	(17)	(15)
Materiais	(85)	(85)	(214)	(391)
Energia elétrica	(17)	(16)	(40)	(39)
Despesas com pessoal	(2.993)	(2.728)	(3.247)	(3.414)
Despesas com serviços de terceiros	(1.037)	(2.737)	(4.080)	(7.816)
Despesa com depreciação e amortização	(122)	(92)	(707)	(417)
Aluguéis	(159)	(161)	(250)	(323)
Taxas e emolumentos	(85)	(80)	(167)	(271)
Telefonia	(218)	(220)	(245)	(324)
Viagens e estadias	(28)	-	(67)	(39)
Seguros	(127)	(117)	(358)	(310)
Serviços de mensageiro	(42)	(40)	(42)	(40)
Despesas legais	(91)	(128)	(660)	(425)
Outras	(50)	(51)	(835)	(1.668)
Total	(5.116)	(6.519)	(14.254)	(17.656)

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	-	-	1.812	2.865
Ganho na operação - derivativos	-	1	2.089	1.023
Variação cambial ativa	-	-	139.438	177.470
Outros	1	1	159	595
	1	2	143.498	181.953
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos, financiamentos e CCIs	(2)	(5)	(39.839)	(45.522)
Perda em operação - derivativos	-	-	(2.141)	(3.238)
Variação monetária passiva	-	-	(1.039)	(1.656)
Variação cambial passiva	(1)	-	(30.308)	(7.589)
Multa sobre impostos em atraso	(48)	(11)	(2.308)	(4.039)
Outros	(607)	(630)	(6.493)	(40.801)
	(658)	(646)	(82.128)	(102.845)
Total	(657)	(644)	61.370	79.108

Em decorrência da atual condição de mercado, o real brasileiro tem experimentado volatilidade em relação à cotação de outras moedas, principalmente o dólar norte-americano. Em 31/03/2026, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$1,00 = R\$ 5,2194 (R\$ 5,5024 em 31/12/2025), registrando uma valorização do real de aproximadamente 5,14%.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social debitados ao resultado do período são compostos como segue:

	31/03/2026		31/03/2025	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	(282.840)	(279.252)	123.810	91.638
Alíquota combinada vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de créditos de imposto de renda e contribuição social	96.166	94.946	(42.095)	(31.157)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre				
Equivalência patrimonial	(93.616)	-	44.530	-
Outras diferenças permanentes líquidas	-	83	(1)	(56)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituídos	(2.550)	(96.105)	(2.434)	30.189
Efeitos de IRPJ e CSLL de sociedades tributadas pelo lucro presumido	-	(2.512)	-	(2.720)
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre constituição (reversão) de ativo fiscal diferido sobre benefício do parcelamento	-	-	336	36.252
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	-	(3.588)	336	32.508
Correntes	-	(3.588)	-	(3.744)
Diferidos	-	-	336	36.252

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Base de cálculo		
Avaliação a valor justo das propriedades para investimento	553.508	553.508
Presunção para Imposto de renda 8% - 25% alíquota para Imposto de renda	2%	2%
Presunção para Contribuição social 12% - 9% alíquota para Contribuição social	1,08%	1,08%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre propriedades para investimento e destinadas à venda	(17.049)	(17.049)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre direitos de renovação de contratos	(1.549)	(1.549)
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(18.598)	(18.598)

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida

- Realização do passivo fiscal diferido sobre ajuste a valor justo das propriedades para investimento com base na tributação pelo lucro presumido quando da sua respectiva alienação.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	219
Provisão para contingências	(1.937)	-	(357.670)	-
Outras receitas (despesas)	-	-	-	4
Recuperação de despesas	200	1	254	175
Total	1.727	1	(357.416)	398

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Consolidado							
	31/03/2026				31/12/2025			
	Valor justo por meio do resultado	Ativos Financeiros ao custo amortizado	Outros passivos ao custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Ativos Financeiros ao custo amortizado	Outros passivos ao custo amortizado	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	48.584	-	48.584	-	79.359	-	79.359
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	69.074	-	69.074	-	76.286	-	76.286
Total	-	117.658	-	117.658	-	155.645	-	155.645
Passivos								
Empréstimos e financiamentos	-	2.135.332	-	2.135.332	-	2.227.854	-	2.227.854
CCIs	-	86.596	-	86.596	-	96.951	-	96.951
Instrumentos financeiros derivativos	(298)	-	-	(298)	(246)	-	-	(246)
Fornecedores	-	-	11.956	11.956	-	-	13.684	13.684
Outras contas a pagar	-	-	6.315	6.315	-	-	6.839	6.839
Total	(298)	2.221.928	18.271	2.239.901	(246)	2.324.805	20.523	2.345.082

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

26.1. Fatores de riscos

A principal fonte de receitas da Companhia e de suas controladas são os aluguéis dos lojistas dos shoppings centers.

A Companhia e suas controladas dispõem de política de gestão de riscos para gerenciar os riscos de mercado por meio de instrumentos financeiros. Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta são a variação cambial e a flutuação de índices de inflação inerentes às suas operações. A política é acompanhada pelo Conselho de Administração assegurando que os instrumentos financeiros não extrapolem os limites da política, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa. O principal objetivo da gestão de risco é a proteção do fluxo de caixa da Companhia, em que as operações devem respeitar os

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

limites de exposição, cobertura, prazo e instrumento, minimizando os custos operacionais. De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos, ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia e de suas controladas, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem exigir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. A política permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos apenas para fins de proteção. É vedada a contratação de qualquer derivativo que implique a venda líquida de opções e operações financeiras estruturadas com derivativos embutidos.

Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas estão apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A base de clientes é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes.

A política de gestão de risco da Companhia permite operações de aplicação dos recursos de caixa e derivativos somente com contrapartes de primeira linha, ou seja, com baixo risco de crédito, de acordo com as agências internacionais de rating. A política permite que as operações de instrumentos financeiros derivativos possam ser efetuadas diretamente na B3. Tanto as instituições financeiras quanto as corretoras deverão ser aprovadas previamente pelo Comitê de Gestão de Riscos.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez, para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

A disponibilidade de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferida para a área de tesouraria, a qual investe substancialmente a disponibilidade de caixa em CDB, LTN e fundo de investimento com remuneração atrelada a variação do CDI e escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária, conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026****(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)**

c) Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e CCIs detalhados nas Notas Explicativas nº 12 e 13, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativo) e pelo patrimônio líquido consolidado (que inclui capital emitido e reservas, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19).

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

d) Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez e juros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros foram pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Consolidado	% – Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos (*)	7,28%	1.077	14.282	92.371	215.166	2.207.930	2.530.826
CCI	11,97%	4.620	9.240	24.550	49.569	21.695	109.674
Total		5.697	23.522	116.921	264.735	2.229.625	2.640.500

(*) Para a captação do bônus perpétuo foram considerados os juros a serem incorridos até a data da opção de compra e o principal e, por não ter data de vencimento, foi classificado como dívida a vencer acima de 05 anos.

e) Risco de taxas de juros

- Empréstimos para capital de giro e CCIs: as controladas da Companhia possuem também uma série de empréstimos e financiamentos captados para capital de giro, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 12 e 13, sobre os quais incidem taxas médias de juros de 7,28% ao ano.

f) Risco de variação da taxa de câmbio

A Companhia, por meio de sua controlada, possui financiamentos e saldos a pagar a partes não relacionadas contratados em moeda estrangeira no montante de R\$ 2.080.950 em 31 de Março de 2026 (R\$ 2.171.906 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia mensura suas exposições conforme o modelo de previsão e orçamento da própria Companhia e, por meio de suas controladas, contrata derivativos - NDF de câmbio - visando a proteção de sua exposição cambial. O principal risco que a Companhia pretende reduzir é a exposição cambial atrelada ao seu passivo em moeda estrangeira.

Em 31 de Março de 2026, a Companhia utiliza derivativos para proteger os riscos cambiais referentes à emissão dos bônus perpétuos.

A Companhia não possui operações com instrumentos derivativos ou não derivativos para cobertura (hedge) do saldo do principal dos bônus perpétuos.

Para proteger a variação cambial do pagamento dos juros dos bônus perpétuos, a Companhia utiliza NDFs cambiais, classificadas como nível 2. A marcação a mercado dos instrumentos derivativos em 31 de março de 2026 era:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Instrumento	Nocional	Vencimento	Valor justo em 31/03/26
NDF	5.000	30/06/2026	-298
TOTAL	5.000		(298)

A Companhia gerencia e monitora diariamente a sua posição de derivativos, adequando-se à melhor estratégia de hedge que possua menos custos em relação às demais.

Análise de sensibilidade - derivativos

NDF de Dólar - balcão							
Nocional em US\$ mil	Preço Contratado	Preço em 31/12/2025	Valor Justo	Impacto na curva de		Impacto na curva de dólar	
				-25%	-50%	-25%	-50%
5.000	R\$ 5,3601/US\$	R\$ 5,2985/US\$	-298	Ajuste		Valor Justo	
5.000			-298	-6.411	-12.822	-6.709	-13.120

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução do valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução do valor recuperável do ativo financeiro, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Companhia e suas controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda do valor recuperável de um ativo financeiro incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

g) Análise de sensibilidade - empréstimos, financiamentos e CCI

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- **cenário-base:** manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de março de 2026;
- **cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível em 31 de março de 2026;
- **cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2026;

h) Empréstimos, financiamentos e CCI

Premissas

Como descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta, principalmente, aos riscos de variação da TR e do IPCA e de variação cambial em relação ao dólar norte-americano, os quais são base para atualização de parte substancial dos empréstimos, dos financiamentos, das CCIs e dos bônus perpétuos contratados. Nesse sentido, na tabela a seguir estão demonstradas as taxas utilizadas nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Elevação da taxa do IPCA	0,34%	0,42%	0,51%
Elevação da DI	1,15%	1,43%	1,72%
Desvalorização do real diante do dólar norte-americano	10,00%	12,50%	15,00%

A exposição líquida em dólar norte-americano, sem considerar os efeitos dos instrumentos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	Sem efeito das operações de derivativos – 31/03/26
Empréstimos e financiamentos (Bonds Perpétuos)	R\$ 2.080.950
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 107
Exposição líquida	R\$ 2.080.843

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Operação	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do IPCA	Alta do IPCA	38.201	48.323	50.347
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da TR	Alta da TR	21.432	28.943	30.446
Contratos futuros de US\$ (*)	Alta do dólar	305.890	344.126	351.773

(*) Calculado sobre a exposição líquida da Companhia, sem considerar os efeitos dos instrumentos derivativos.

Na tabela anterior estão demonstrados os efeitos dos juros e da variação dos indexadores até o vencimento do contrato.

Os juros dos bônus perpétuos são fixos. Dessa forma não foi efetuada a análise de sensibilidade.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Premissas

Como descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta, principalmente, aos riscos de variação do CDI e de variação cambial. Nesse sentido, a seguir, estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissa	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Deterioração do CDI	14,65%	10,99%	7,33%

Operação		Consolidado		
Fator de risco	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Sujeitos à variação do CDI	Redução da taxa do CDI	7.118	5.338	3.559

A análise de sensibilidade da variação cambial do caixa e equivalentes de caixa indexado ao dólar norte-americano foi apresentada líquida dos outros passivos indexados ao dólar norte-americano.

j) Valor justo dos bonds

Tipo	Moeda	% - Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	Valor justo em 31/03/26	Valor justo em 31/12/25
Títulos de crédito perpétuo (a)	U\$	10%	-	R\$ 339.210	R\$ 362.703
Títulos de crédito perpétuo (b)	U\$	13%	-	R\$ 947.972	R\$ 982.897
Bônus de dívida (b)	U\$	10%/12%	2026	R\$ 37.928	R\$ 41.515
TOTAL				R\$ 1.325.110	R\$ 1.387.115

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Os preços utilizados para calcular o valor de mercado dos Bonds da Companhia foram adquiridos do “Bloomberg”. Os preços são indicativos de mercado em 31 de março de 2026 e 31 de Dezembro de 2025.

26.2. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Resolução CVM N° 115/22, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e
- Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia. Esses 2 tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão alocados os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) e outras Letras Financeiras;
- Nível 2 – Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. Alocam-se neste nível os investimentos em CDB, Compromissadas DI, outras aplicações financeiras remuneradas pelo DI e os derivativos, os quais são valorizados por modelos de precificação amplamente aceitos no mercado. São utilizados, além dos indicadores das operações inputs observáveis de mercado como taxas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades civis. Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	132.900
Compreensivo de incêndio comum	5.505.967
Lucros cessantes	824.235
Vendaval/ fumaça	1.040.192
Operações de shopping centers	10.900
Danos morais	103.602
Danos materiais	508.300
Empregador	24.000
Danos Estéticos	-

As premissas de riscos adotadas e valores de cobertura envolvidos foram considerados pela administração da Companhia como suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal dos negócios. Tais premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das informações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Os contratos de seguros terão os prazos de vigência finalizados até 29 de novembro de 2026.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são utilizadas pela Alta Administração da Companhia para a tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

As práticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas da Companhia, descritas na Nota Explicativa nº 2. Os resultados por segmento consideram os itens atribuíveis diretamente ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os ativos e passivos por segmento não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da alta Administração.

Portanto, os segmentos reportáveis da Companhia são os seguintes:

a) Aluguel

Refere-se a locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais, como

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

“stands” de venda, locação de espaços comerciais para publicidade e promoção e taxa de cessão de direitos de utilização de espaço imobiliário.

b) Serviços

Refere-se à receita da gestão de administração e de suprimento de energia e água dos shoppings centers, bem como exploração de estacionamentos.

A totalidade da receita da Companhia é realizada no Brasil.

Demonstração do resultado por segmento:

	Consolidado					
	31/03/2026			Eliminação		31/03/2026
	Aluguel	Serviço	Corporativo	Débito	Crédito	Consolidado
Receita líquida	14.952	34.646	-	-	(2.902)	46.696
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	(1.549)	(15.985)	-	1.886	-	(15.648)
Lucro (prejuízo) bruto	13.403	18.661	-	1.886	(2.902)	31.048
(Despesas)/ receitas operacionais	(458.272)	(139.089)	(438.625)	-	664.316	(371.670)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(444.869)	(120.428)	(438.625)	1.886	661.414	(340.622)
Resultado financeiro	(9.563)	(4.253)	75.186	-	-	61.370
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(454.432)	(124.681)	(363.439)	1.886	661.414	(279.252)
Imposto de renda e contribuição social	(696)	(2.892)	-	-	-	(3.588)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(455.128)	(127.573)	(363.439)	1.886	661.414	(282.840)

	Consolidado					
	31/03/2025			Eliminação		31/03/2025
	Aluguel	Serviço	Corporativo	Débito	Crédito	Consolidado
Receita líquida	14.822	32.181	-	-	(2.207)	44.796
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	(1.929)	(14.518)	-	1.439	-	(15.008)
Lucro (prejuízo) bruto	12.893	17.663	-	1.439	(2.207)	29.788
(Despesas)/ receitas operacionais	3.114	(432)	121.226	-	(141.166)	(17.258)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	16.007	17.231	121.226	1.439	(143.373)	12.530
Resultado financeiro	(41.710)	(9.193)	130.011	-	-	79.108
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.703)	8.038	251.237	1.439	(143.373)	91.638
Imposto de renda e contribuição social	30.858	1.314	336	-	-	32.508
Lucro (Prejuízo) líquido do período	5.155	9.352	251.573	1.439	(143.373)	124.146

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma)

Djalma Pereira da Silva
Diretor Presidente
Diretor de Marketing e de Relacionamento com Varejo

Marcio Snioka
Diretor de Relações com Investidores

Vicente de Paula da Cunha
Diretor Financeiro
Diretor de Planejamento e Expansão

Francisco Antonio Antunes
Contador
CRC 1SP-149.353/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
General Shopping e Outlets do Brasil S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A., (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com a norma NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 – Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a leitura das notas explicativas no. 2.1.2. e 2.1.3., às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia naquela data o patrimônio líquido foi negativo em R\$ 1.794.586 mil (R\$ 1.511.746 negativo em 31.12.2025) e o capital circulante líquido consolidado da Companhia era negativo em R\$ 145.418 mil (R\$ 110.721 mil negativo em 31 de dezembro de 2025).

Conforme apresentado nas Notas acima referidas, esses eventos ou condições, podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, apesar de tais efeitos serem devidos principalmente a fatores não monetários e sem efeito caixa, ou seja, gerados em função do impacto da variação cambial sobre o principal da dívida perpétua da Companhia, que é indexada à moeda dólar, mas que seguindo as normas contábeis, tem a variação cambial registrada na rubrica de despesas financeiras no resultado do período, mesmo sem efeito caixa ou sem caráter definitivo. Nossa conclusão não está sendo modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação complementar pela IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2026

Cotrim & Associados Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 012.348/O-4

Wilson Carlos Bronze Cotrim
Contador CRC 1 SP 096.274/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da General Shopping e Outlets do Brasil S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.466, 24º andar, conjunto 241, Cerqueira César, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ sob o nº 08.764.621/0001-53, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias do período encerrado em 31 de março de 2026, nos termos do inciso VI, parágrafo 1º, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

Djalma Pereira da Silva - Diretor Presidente e Diretor de Marketing e de Relacionamento com Varejo
Vicente de Paula da Cunha - Diretor Financeiro e Diretor de Planejamento e Expansão
Marcio Snioka - Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da General Shopping e Outlets do Brasil S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.466, 24º andar, conjunto 241, Cerqueira César, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ sob o nº 08.764.621/0001-53, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes referente às informações contábeis intermediárias do período encerrado em 31 de março de 2026, nos termos do inciso V, parágrafo 1º, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

Djalma Pereira da Silva - Diretor Presidente e Diretor de Marketing e de Relacionamento com Varejo
Vicente de Paula da Cunha - Diretor Financeiro e Diretor de Planejamento e Expansão
Marcio Snioka - Diretor de Relações com Investidores